



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 1/X-3º/2011-12

1 - Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e onze, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Almada, sitas na Rua Cândido Capilé, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de dezembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1- Apreciação do Relatório da Comissão Eventual constituída por deliberação da Assembleia Municipal publicitada através do Edital N.º 94/X-2º

3.2 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal

3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.3.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2012" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2012";

3.3.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2012" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2012".

3.4 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.4.1 - "Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais";

3.4.2 - "Tarifas e Preços devidos em aplicação do Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais";

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Concessão do Serviço de Recolha Selectiva de Óleos Alimentares Usados. Aprovação do Programa de Concurso, Caderno de Encargos e autorização de abertura de procedimento";

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Consolidação da Conta do Município de Almada do ano de 2010";

3.7 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.7.1 - "Estratégia de Reabilitação Urbana Simples da ARU de Almada";

3.7.2 - "Estratégia de Reabilitação Urbana Simples da ARU da Trafaria".

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Sr. Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Domingos José Soares de Almeida Lima; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Francisca Luís Baptista Parreira.

**4** - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

**4.1** - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011, (Ent. nº 204/X-3º), (**Conforme Anexo I**).
- A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011 (Ent. nº 206/X-3º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011 (Ent. nº 212/X-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Hélder de Jesus Viegas, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011 (Ent. nº 205/X-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Miguel António Alves Duarte, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011 (Ent nº /X-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011 (Ent. nº 278/X-3º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011 (Ent nº 279/X-3º), (**Conforme Anexo VII**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Isabel Vieira Dias de Moura, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011 (Ent. nº 296/X-3º), (**Conforme Anexo VIII**).
- O Senhor Deputado Municipal Luís Miguel Ferreira Varela Pais, com Ausência no dia 15 de Dezembro de 2011 (Ent. nº 303/X-3º), (**Conforme Anexo IX**).

**4.1.1** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, apresentado a sufrágio que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro do eleito Sr. Bruno Ramos Dias e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim, do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira – PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro da eleita Sr.<sup>a</sup> Maria Luísa Monteiro Ramos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).
  - A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX**).
  - O Candidato Senhor Carlos Alexandre de Melo Ohen, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro do eleito Sr. Hélder de Jesus Viegas, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX**).
  - O Candidato Senhor José Manuel Vasques Godinho, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro, do eleito José Gabriel Guiomar Joaquim e por impedimento do cidadão Sr. Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto e da cidadã Sr.<sup>a</sup> Sónia Margarida Pereira da Cruz Mirco Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXI, XXII e XXIII**).
  - O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro, do eleito Miguel António Alves Duarte, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIV**).
  - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro, do eleito Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Sr.<sup>a</sup> Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXV, XXVI e XXVII**).
  - O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro, do eleito Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVIII**).
  - A Candidata Senhora Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro, da eleita Ana Isabel Vieira Dias de Moura, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXIX**).
  - O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvada, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 15 de Dezembro, do eleito Luís Miguel Ferreira Varela Pais, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXX**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Laranjeiro, Sobreda, Costa da Caparica e Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhora Vânia Sofia de Frias Gonçalves Cruz, Senhora Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, Senhora Patrícia Rocha Brighenti, e Senhora Ilda de Lurdes Oliveira Dâmaso Garrett respectivamente, (**Conforme Anexos XXXI, XXXII, XXXIII e XXXIV**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 4.3** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 1890/X-2º ao nº 2127/X-2º, do nº 01/X-3º ao nº 249/X-3º, do Expediente Enviado do nº 526/X-2º ao nº 602/X-2º, e do nº 01/X-3º ao nº 46/X-3º, dos E-mail Enviados e Recebidos, informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 1/X-3º/2011-2012, da Atividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 01/X-3º/2011-2012 (Período de 30 de Setembro a 14 de Dezembro de 2011), das Atas N.º 15/X-2º/2010-11, N.º 16/X-2º/2010-11 e 17/X-2º/2010-11 e das Minutas das Atas N.º 15/X-2º/2010-11, N.º 16/X-2º/2010-11 e 17/X-2º/2010-11, para posterior aprovação e ratificação.
- 4.4** – Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), o Presidente da Assembleia informou dos Requerimentos formulados pelos Senhores Deputados Municipais.
- 4.4.1** – Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena um Requerimento solicitando “Cópia dos Documentos de Prestação de Contas da Sociedade CostaPolis”
- a) O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 16 de junho 2011 e foi registado com o nº 1506/X-2º e designado de nº 08/X-CDS
- b) O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 21 junho 2011 através do ofício nº 413/X-2º
- c) A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 371/GP, de 06 julho 2011, entrando na Assembleia em 07 julho 2011, sendo-lhe atribuído o nº 1617/X-2º
- d) A Resposta foi remetida ao Eleito requerente através de e-mail em 11 julho 2011.
- 4.4.2** – Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena um Requerimento solicitando “Cópia da Escritura Pública da Sociedade CostaPolis”
- a) O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 16 junho 2011, cabendo-lhe o nº 1507/X-2º e designado de nº 09/X-CDS
- b) O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 21 junho 2011, pelo ofício nº 414/X-2º
- c) A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 370/GP, de 06 julho 2011, dando entrada na Assembleia em 07 julho 2011 ficando com o nº 1616/X-2º
- d) A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 460/X-2º, de 11 julho 2011.
- 4.4.3** – Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena um Requerimento solicitando “Cópia da Ata da Assembleia Geral da CostaPolis que Prorrogou a Vigência da Sociedade até 2013”
- a) O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 16 junho 2011, coube-lhe o nº 1508/X-2º e designado do nº 10/X-CDS
- b) O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 21 junho 2011, através do ofício nº 1508/X-2º
- c) A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 371/GP de 06 junho 2011, teve a entrada nº 1617/X-2º, em 07 julho 2011
- d) A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal através do ofício nº 461/X-2º de 11 julho 2011.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**4.4.4** – Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena um Requerimento solicitando “Cópia das Condições do Concurso Público nº 30-A/2011 e Fundamentação das Decisões”

- a) O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 15 setembro 2011, coube-lhe o nº 1971/X-2º e foi designado de nº 11/X-CDS
- b) O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 16 setembro 2011, através do ofício nº 508/X-2º
- c) A Câmara requereu a prorrogação do prazo de resposta através do ofício nº 504/GP de 11 outubro 2011 teve a entrada na Assembleia nº 2003 de 11 outubro 2011. A prorrogação do prazo foi-lhe concedida
- d) A Câmara Municipal respondeu ao Requerimento através do ofício nº 505/GP, de 13 outubro 2011, cabendo-lhe a entrada na Assembleia nº 2027/X-2º em 17 outubro 2011
- e) A resposta foi remetida ao requerente por e-mail em 18 outubro 2011.

**4.4.5** – Foi apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Pena um Requerimento sobre o “Processo de Exoneração de duas Professoras da Direção do Agrupamento de Escolas da Trafaria”

- a) O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 26 setembro 2011, coube-lhe o nº 1862/X-2º e foi designado de nº 12/X-CDS
- b) O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 03 outubro 2011, através do ofício nº 526/X-2º
- c) A Câmara respondeu ao Requerimento através do ofício nº 512/GP de 18 outubro 2011, tendo registo de entrada nº 2062/X-2º de 19 outubro 2011
- d) A resposta foi remetida ao requerente pelo ofício nº 600/X-2º, de 21 outubro 2011.

**4.4.6** – Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena um Requerimento sobre “Episódios na Área do Público na Reunião de 03 outubro 2011”

- a) O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 06 outubro 2011, coube-lhe o nº 1976/X-2º e designado de nº 13/X-CDS
- b) O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara através do ofício nº 601/X-2º de 21 outubro 2011
- c) O Requerimento teve as seguintes respostas:
  - Do Presidente da Assembleia por e-mail de 07 outubro 2011
  - Da Presidência da Câmara Municipal através do ofício nº 511/GP de 18 outubro 2011, com entrada na Assembleia em 19 outubro 2011 e teve o nº 2061/X-2º
  - Do Presidente dos SMAS através do ofício nº 10387/2011, de 19 outubro de 2011, com a entrada na Assembleia nº 2068/X-2º de 20 outubro 2011
- d) As respostas foram remetidas ao Deputado Municipal requerente:
  - Por e-mail em 07 outubro 2011 do Presidente da Assembleia
  - Por ofício nº 601/X-2º de 21 outubro 2011 da Presidência da Câmara e Presidência dos SMAS.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**4.4.7** – Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Henrique Pires um Requerimento sobre a “Oferta de Transporte Marítimo entre Trafaria e Porto Brandão – Belém”

- a) O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 03 outubro de 2011, coube-lhe o nº 1954/X-2º e foi designado de nº 13/X-BE
- b) O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara Municipal através do ofício nº 549/X-2º de 07 outubro 2011
- c) A Câmara respondeu através do ofício nº 509/GP, de 17 outubro 2011, cabendo-lhe a entrada nº 2055/X-2º de 18 outubro 2011
- d) A Resposta foi remetida ao Deputado Municipal requerente através do ofício nº 567/X-2º, de 19 outubro 2011.

**4.4.8** – Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal José Leitão, um Requerimento solicitando os “Relatórios Técnicos de Eng.º SMAS”

- a) O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 11 outubro 2011, coube-lhe o nº 2004/X-2º, e designado de nº 02/X-PS
- b) O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara a coberto do ofício nº 561/X-2º, de 17 outubro 2011
- c) A Câmara respondeu através do ofício da Presidência dos SMAS com o nº 10564/2011/GJ, de 26 outubro 2011, cabendo-lhe a entrada na Assembleia nº 2119/X-2º, de 28 outubro 2011
- d) A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente por e-mail em 31 outubro 2011.

**4.4.9** – O Presidente da Assembleia informou ainda que todos os Requerimentos dos Srs. Deputados Municipais tiveram resposta dentro dos prazos determinados pela lei e regimento e foram publicitados no sítio da NET da Assembleia Municipal assim como as respectivas respostas.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Joaquim Manuel Carvalho Lourenço, residente em Corroios.

**5.1.1** - O Munícipe Exm.º Senhor Joaquim Manuel Carvalho Lourenço:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A minha finalidade de vir aqui hoje, em representação de um grupo de ex-trabalhadores e mais duas Senhoras que fizeram o favor de trabalhar em conjunto connosco sobre a SRN, um livro que foi editado e que foi lançado no passado dia um, e que já para começar agradecer à Câmara Municipal de Almada a cedência do Museu Naval, onde nós lançamos o livro, portanto o nosso obrigado.

Dizer que este livro inclusive foi lançado precisamente na data em que faz vinte e cinco anos do encerramento desta empresa de indústria naval no nosso Concelho, esta como muitas outras foi, e alguns dos amigos que se encontram nesta sala devem estar recordados, alvo de ataque, a tanto que existiu e que continua a existir, lamentavelmente, à indústria naval, ao sector das pescas, como hoje inclusive já ouvimos através da televisão sobre o que está a acontecer com as pescas na zona de Marrocos. Esta não é bem a minha finalidade aqui, mas já agora não quero deixar passar em claro esta





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

situação. Dizer que a SRN, este foi o livro que nós editamos com o apoio quer da Câmara Municipal de Almada, e aqui posso sem querer falhar, mas acho que não, com o apoio da Câmara Municipal de Almada, a Junta de Freguesia de Cacilhas, Almada, Pragal, Cova da Piedade, Laranjeiro e Feijó. Salvo erro não falhei nenhuma.

Dizer que este livro tem cinco elementos à sua cabeça como há pouco disse, três deles são da SRN, que é o Dr. Augusto Flor, que é um dos co-autores deste livro, hoje antropólogo e o investigador sénior, Renato Montalvo também da ex-SRN, a Dr.<sup>a</sup> Ivone – antropóloga; a Dr.<sup>a</sup> Violeta – historiadora e eu Joaquim Lourenço também um ex-trabalhador dessa mesma empresa. Dizer que foi um trabalho que nos deu imenso gozo fazer, agradecemos a colaboração de todos inclusive como eu há pouco aqui vos disse, e é um dos nossos contributos para uma pequena falha que ao longo de alguns tempos nós temos vindo a encontrar no nosso Museu. O Museu Naval tinha esta falha, havia esta lacuna, nós frequentávamo-lo e não víamos absolutamente nada sobre a SRN. Dedicamo-nos com algum empenho e conseguimos dar este pequeno contributo ao nosso Concelho. Temos imenso prazer naquilo que fizemos, achamos que poderia se ainda ser melhor, mas dentro dos possíveis é aquilo que conseguimos e orgulhamo-nos.

Já agora dizer também a todos os presentes que no dia trinta de Novembro também um grupo de amigos que se encontram neste mesmo livro, dizer que neste livro não consta apenas o trabalho sobre SRN, mas também todas as empresas que trabalharam connosco, que colaboraram ao longo dos anos com a SRN, como uma SETNAVE, como a Lisnave, como o Arsenal do Alfeite, como a Pary & Son, como a CPP, como a Companhia Portuguesa de Frio, como uma CPNAVE, etc., etc., etc.. Ao fazermos este trabalho auscultamos esse tipo de trabalhadores. Dizer que o livro acolhe também entrevistas de setenta trabalhadores da SRN, empresa essa que chegou a ter cerca de salvo erro, à volta de seiscentos trabalhadores. Temos aqui entrevistas de setenta trabalhadores, mais todas as empresas consideramos que Almada merece, que o nosso Museu merece, e que poderemos também aqui continuar a dar o nosso contributo, não foi só durante os longos anos que trabalhamos nessa referida empresa, ainda hoje temos uma palavra a dizer, ainda hoje podemos ajudar a industria naval, ainda hoje podemos ajudar o nosso Museu, e então no dia trinta reunimos dezasseis elementos e tendo em inspiração o exemplo de um homem que ainda hoje recordamos com imenso prazer que se chamava Raul Henrique Pereira de Sousa. Este homem posso-vos dizer que foi Medalha de Ouro de Mérito da Cidade e da Cultura de Almada. Este homem era um dos seus grandes objectivos era a criação de um Museu inspirado em muitas conversas e nós reunimos e avançamos então com essa ideia. Dizer-vos que foi criado no dia trinta já a Associação dos Amigos do Museu Naval, dizer-vos que vai ser durante todo o mês de Dezembro e de Janeiro, preparada a nível de notário e de contribuinte de número fiscal. Dizer que esta Associação tem como finalidade um contributo não lucrativo, é uma sociedade cívica não lucrativa. Ao mesmo tempo quero pedir à Dr.<sup>a</sup> Ivone e à Dr.<sup>a</sup> Violeta que venham perto de mim para entregarmos este livro à Presidente da Câmara Municipal de Almada, tendo em conta que já outros eleitos o receberam. Muito obrigado por me escutarem”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**5.2** - Usou da palavra o Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Alexandre Guerreiro, residente em Almada.

**5.2.1.**- O Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Alexandre Guerreiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O motivo que me traz aqui hoje está relacionado sobretudo com a nova programação da Câmara Municipal em questão de Orçamento.

Eu gostaria de recordar, aliás mas inicialmente eu não gostaria de deixar de frisar que relativamente ao Plano de Urbanização de Almada Poente, a Câmara e a própria Junta de Freguesia de Caparica tiveram comportamentos que no meu entender não abonam em favor do esclarecimento e da transparência que deve pautar as relações entre o Município e os Municípios. Eu passo a explicar, existem diversos documentos acerca do Plano de Urbanização que a própria Câmara de Almada disponibiliza no Departamento de Urbanismo e que a Junta fez questão de fornecer apenas um Diário da República. São acima de tudo documentos que os Municípios precisam de saber e os fregueses das Freguesias de Caparica e de Pragal precisam de conhecer para saber o que é que os espera. Nomeadamente entre diversas coisas que está planeado um teleférico para promover o turismo nestas Freguesias, mas isto é apenas um à parte e fica aqui o meu voto de lamento.

Contudo, em relação ao Orçamento eu não posso deixar de notar que apesar dos conselhos que o CDS fez e que foram amplamente divulgados na Comunicação Social para que houvesse uma maior aposta em matéria de acção social e em matéria de iluminação pública e de apoio aos Municípios, parece que estes conselhos foram praticamente ignorados. E eu digo o porquê. Porque no ano de 2010 tínhamos previsto no próprio orçamento cento e trinta e um mil trezentos e sessenta e três euros para munições explosivos e artifícios e para este ano é exactamente a mesma, ou seja, Almada a Câmara prefere continuar a celebrar de forma efusiva algumas efemérides em vez de depois poder canalizar este valor para questões tão importantes, nomeadamente segurança como a questão da iluminação pública. Temos ainda inexplicavelmente um aumento no valor dedicado para prémios, condecorações e ofertas. Lembram-se da questão dos relógios de ouro? Lembram-se das outras condecorações? Pois bem, a Câmara parece ter reservado neste projecto de orçamento trezentos e setenta e dois mil cento e dez euros e quarenta e quatro cêntimos. O que não pode deixar de lamentar, como é que a Câmara pode depois justificar que não tem dinheiro para outros investimentos. Gostaria ainda de referir que para comunicações a Câmara também tem dedicados quinhentos e noventa e cinco mil quatrocentos e vinte e oito euros, estamos no século XXI, além das aplicações informáticas existem já tarifários específicos de telemóvel que permitem poupar dinheiro em telecomunicações, não se compreende como é que está reservado mais de meio milhão de euros só para comunicações. No entanto, aquilo que me oferece maior estupefacção é o valor dedicado à publicidade e à propaganda que são duzentos e oitenta e nove mil novecentos e dezasseis euros e cinquenta e um cêntimos quando depois temos para a produção turística cento e cinco mil euros. É inexplicável. Como é que a nossa Costa da Caparica continua ali ao esquecimento com todo o seu potencial, mas a Câmara prefere andar a gastar dinheiro em outdoors que promovem o Almada Sénior que são coisas que são mera propaganda e não servem basicamente





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para mais nada além da própria questão das próprias revistas. No entanto eu gostaria de acrescentar ainda e prometo não demorar muito mais, que relativamente aos pagamentos de salários, estes representam trinta e três por cento, ou seja um terço do total do orçamento municipal. É certo que também os bens e serviços são vinte milhões de euros, ou vinte e quatro por cento total, só em bens e serviços e pagamentos de salários tudo isto ocupa sessenta e sete por cento da despesa. O que venho aqui defender naturalmente não pode ser o despedimento de funcionários mas no entanto lamentar a falta de ideias da Câmara para criar novos mecanismos de angariação de receita. É lamentável que um Concelho com este potencial tenha um vazio de ideias e tenha uma grande lacuna na qual por exemplo os Municípes poderiam ter uma palavra a dizer, e se calhar se ouvissem mais os Municípes em vez de criarem sessões como por exemplo a do Plano de Urbanização onde colocaram algumas pessoas ligadas ao Partido a fazerem-se passar por desconhecidos, se calhar a transparência ganharia muito mais. Mas eu gostava de referir que os trinta e três por cento dedicados a salários não são todos inocentes. De facto a Câmara precisa de continuar a contratar pessoas, existem inclusivamente mais contratações previstas para 2012, e precisa de contratar pessoas exactamente para poder manter este leque de influências e expandir a sua área de influência dentro do próprio Município. Aliás, só assim se explica que a própria CDU se recusa a negociar questões como a reforma administrativa do Concelho. É preciso discuti-las, não podemos cometer os mesmos erros que foram cometidos durante as negociações durante este ano onde as pessoas se recusaram a negociar e depois tivemos o resultado que todos aqui temos neste momento, ou seja, temos um Plano criado por terceiros, mas sem a participação política de todos os atores. Portanto, aquilo que eu apelo enquanto Munícipe acima de tudo era que independentemente da proposta, fosse discutida nesta mesma Assembleia a questão da reforma administrativa, da fusão ou extinção ou porque não como a própria CDU alega e defende a própria criação de novas Freguesias. O que é importante é que seja discutido e acima de tudo é que tenha a importância do povo. Caso contrário vão impor-nos uma decisão que será completamente estranha aos municípes e depois já é tarde e já só teremos de lamentar as decisões que criam para nós.”

**5.3** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Matias, residente em Almada.

**5.3.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Matias:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de fazer duas perguntas à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que têm a ver com a questão da requalificação da Rua Capitão Leitão. Está agendada para que seja feita no próximo ano e o que me preocupa é a questão dos comerciantes. A Rua Capitão Leitão vai ser intervencionada e alguns comerciantes que têm a porta aberta junto deste espaço da Rua Capitão Leitão e nas ruas contíguas, irão ter algumas perdas da receita. O que me deixa um pouco preocupado porque nós nos últimos tempos temos assistido a posições aqui antagónicas. Aqui há uns tempos atrás nas obras do eixo canal, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e alguns Vereadores estavam muito preocupados com as compensações aos comerciantes, do eixo canal. Eu gostaria de fazer aqui a pergunta, de deixar aqui a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

pergunta à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara se durante a requalificação da Rua Capitão Leitão, se a Câmara Municipal de Almada tem orçamentado no próximo ano alguma compensação de lucros para esses comerciantes que vão ter alguma dificuldade de tesouraria, obviamente que deriva das obras. A segunda pergunta tem a ver com a Academia Almadense está numa fase complicada e há duas ou três Sessões de Câmara, penso que no mês de Novembro, foi aprovado uma comparticipação do BEI para o início das obras do antigo cineteatro da Academia Almadense, eu gostava de saber se a Câmara Municipal de Almada já transferiu essa verba para a Academia Almadense.”

**5.4** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Hugo Miguel Rufino Marques, residente na Charneca de Caparica.

**5.4.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Hugo Miguel Rufino Marques:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Governar é saber prever, do meu ponto de vista esta Câmara não prevê, ilude. Ilude porque temos um Orçamento que parece ser dirigido à população, mas em vez de reforçar significativamente a Acção Social e a Reabilitação Urbana, onde apenas estão investidas trezentos mil euros, e onde é preciso muito mais para requalificar o Património Municipal e digo isto enquanto perito na área de planeamento e gestão do território e inexplicavelmente temos ainda um gasto supérfluo ou excessivo como no miradouro virtual que custa cento e quarenta e oito mil quinhentos e sessenta e noventa cêntimos, e uma interactividade em céu aberto que irá custar setecentos e oitenta e dois mil e cinco euros. Enquanto essa verba podia ser dirigida para requalificar certas áreas urbanas criando mais casas tipo apartamentos T1 ou T2 aproveitando as casas que estão degradadas, que por acaso chegam a estar nas mãos da Câmara Municipal e isso irá atrair mais jovens onde estes poderão criar alguns ateliers dos seus próprios trabalhos ou começarem as suas vidas.

Desta forma é uma medida para atrair mais jovens para Almada.

Eu queria ainda dirigir-me dizendo que como Munícipe e vivendo num país livre e democrático, quero lamentar quando, se houve coisas desagradáveis, uma certa esquerda mal deixa intervir abafando as intervenções calando os próprios munícipes.

É preciso que tudo mude para que tudo continue na mesma. Não temos de dizer que há erros em Almada, pois se o fizermos corremos o risco de irmos para os calabouços do politicamente correto. Criou-se um monstro soviético mas sem goulac. E onde nós vamos para o caminho da má fama se questionarmos alguma coisa. Olhem um pouco para a história em vez de olharem para as eleições.”

**5.5** - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

**5.5.1** – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente às intervenções feitas pelos nossos Munícipes, saúdo, é importante que a cidadania, o direito à cidadania exista e seja exercida a cidadania, e daí as minhas felicitações pela intervenção dos Munícipes nesta Assembleia Municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Gostaria de dizer relativamente às questões aqui trazidas sobre o orçamento municipal que certamente as diferentes bancadas dos diferentes partidos, os Deputados eleitos para esta Assembleia Municipal terão a sua intervenção, irão com certeza debater aquilo que é o conteúdo do orçamento da Câmara para o próximo ano e nesse contexto terei todo o prazer em responder às questões que os Srs. Deputados Municipais queiram aqui colocar. O Orçamento e o Plano foi aprovado pela Câmara Municipal de acordo com a Lei, de acordo com a Lei é remetido à Assembleia Municipal, é competência da Assembleia Municipal analisá-lo e discuti-lo, e depois da sua decisão tornar-se-á ou não um instrumento efetivo para a gestão do exercício do próximo ano. Nesse contexto terei todo o gosto em abordar todas as questões que os Srs. Deputados Municipais aqui trouxeram e por aquilo que me foi dado perceber certamente que elas serão no contexto da Assembleia Municipal abordadas.

Queria deixar nota de que relativamente à execução das decisões da Câmara Municipal não tenho condição para ir ao detalhe, as decisões são tomadas e são executadas pelos serviços com toda a normalidade que os atos de gestão e da execução por parte dos serviços contemplam. E queria deixar nota também de que relativamente à rua Capitão Leitão o processo está a decorrer e a seu tempo naturalmente que se voltará a falar dele, mas já houve uma reunião, penso que mais do que uma até, com os moradores da zona envolvida e comerciantes sobre este projeto e a seu tempo se for necessário voltaremos a falar deste mesmo projeto.

Queria saudar os trabalhadores da Sociedade de Reparações de Navios. Aqueles que aqui vieram, aqueles que estiveram empenhados na elaboração desta publicação de muito valor, reconhecemos nela um património extraordinário para o nosso Concelho para a nossa população. É a história, um pedaço da história de quarenta e quatro anos da história dos trabalhadores da indústria naval, e queria aqui deixar o conhecimento público da parte da Câmara Municipal e certamente do nosso Município, dos eleitos no seu conjunto, quanto a este trabalho que considero que muito irá enriquecer o nosso património bibliográfico, escrito, as nossas bibliotecas, o nosso centro de documentação do Museu que também tem o seu centro de documentação. Dizer que de facto a indústria naval está no coração de todos nós aqueles que vivemos durante muitos anos aqui a acompanhar o que foi o pulsar desta atividade económica, da produção, da construção e reparação naval, das pescas, etc.. E todos aqueles que tivemos a oportunidade de viver esse tempo, nos lembramos do quanto era importante para o nosso Concelho essas dezenas de milhares de trabalhadores que todos os dias entravam nestes estaleiros, nestas fábricas e enriqueciam o nosso País e davam também um grande contributo ao nosso Concelho, às atividades económicas a vários níveis, nomeadamente também ao comércio local. Penso que somos todos devedores desse património e todos certamente que prestamos a nossa homenagem, homenagem devida a esses homens e mulheres e sobretudo muitos homens, porque a maioria eram homens, eram operários, homens na indústria naval que deram esse valioso contributo nesse tempo. Vinte e cinco anos e entretanto desapareceu a indústria naval, entretanto desapareceram as pescas, entretanto desapareceu a produção, e hoje o que se diz é que afinal o País precisava da indústria naval, o País precisava das pescas, o País precisava da produção. O País hoje está na situação em que está



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

porque de facto abandonou o tecido produtivo, deixou de produzir, deixou de ter estas atividades económicas, que em Almada era um expoente fundamental e que no País também e vamos ver qual será o nosso caminho. Se não teremos mesmo, quantos anos demoraremos, mas se não teremos que voltar a esse tempo da indústria naval, das pescas, da construção e reparação naval. Muito obrigada pelo vosso gesto e sobretudo pela vossa generosidade, porque eu acho que é disso que se trata é querer dar às gerações que viveram, mas também às gerações vindouras um pedaço muito rico da nossa história colectiva.”

**5.6** - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

**6.1** - Para apresentação de Voto de Pesar, usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Lourenço Soares).

**6.1.1** – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar e Homenagem pelo falecimento de Manuel Lourenço Soares

- Faleceu no passado domingo, dia 11 de Dezembro, o cidadão Manuel Lourenço Soares, natural de Lisboa, onde nasceu em 1927 e residente há muitos anos na Trafaria.

- Profissional qualificado possuía o curso da Escola Técnica Oficial, exercendo a sua actividade profissional em diversos pontos do País, nomeadamente em Lisboa, Trafaria e Barreiro.

Em 1967 no desenvolvimento de trabalhos de engenharia esteve na Guiné e em 1973, em Angola.

- Começou a trabalhar muito novo, estudando de noite. Foi sempre um cidadão interventor, coerente e lutador pela liberdade e a democracia.

- Foi membro do Movimento de Unidade Democrática - M.U.D. (Juvenil). Durante as grandes greves que ocorreram em Lisboa, em Junho de 1943, foi preso e enclausurado no quartel da GNR da Ajuda.

Foi desde os 18 anos um ativista do movimento associativo, ocupando cargos directivos em diversas colectividades, entre as quais se destacam a Associação dos Bombeiros Voluntários da Trafaria e a Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sendo ainda Sócio de Mérito do Clube Recreativo União e Capricho, do Monte de Caparica.

Praticou várias modalidades desportivas no Clube Estrela de Campismo e Caravanismo, no Atlético Clube de Portugal, no Sport Lisboa e Benfica, no Clube de Futebol "Os Belenenses", destacando-se, por exemplo, no Râguebi em que foi campeão nacional.

Em 1963, por ser «persona não grata» ao regime político fascista foi proibido pelo então Diretor Geral dos Desportos de fazer parte dos corpos gerentes de clubes desportivos.

Além da sua aptidão para o desporto e a sua participação e ação empenhada no movimento associativo, Manuel Lourenço Soares foi figura de relevo no jornalismo regional, onde o seu grande labor foi conhecido e reconhecido, prestando diversa colaboração literária em várias revistas e jornais, em que se destacam «A Comarca da Sertã», «Notícias de Évora» e «Al-Madan» e muito particularmente o «Jornal de Almada» onde colaborou assiduamente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Mas Manuel Lourenço Soares foi também um distinto publicista da temática almadense, com muitos artigos no Jornal de Almada e também autor de três livros: "Figuras e Factos do Concelho de Almada" Volume I editado em 1980, "Trafaria e a Sua Toponímia" editado em 1986 e "Figuras e Factos do Concelho de Almada" Volume II editado em 1994, foi ainda membro fundador da SCALA - Sociedade Cultural de Artes e Letras de Almada.

Em 1995, na Sessão Solene Comemorativa do Dia da Cidade de Almada, foi condecorado pelo Município, com a atribuição pela Câmara Municipal na Medalha de Prata de Mérito Cultural.

Manuel Lourenço Soares é um exemplo de cidadania, assumindo com determinação e firmeza os seus ideias e valores humanistas, foi um lutador e um sonhador, conquistado assim o respeito e a amizade da comunidade almadense e muito particularmente dos seus conterrâneos trafarienses.

Assim, neste momento de luto e sentimento de perda, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Plenário no dia 15 de Dezembro de 2011, manifesta o seu profundo pesar e apresenta à sua Esposa, Filho, Netos e demais Família enlutada as mais sentidas condolências.

**6.2** - Verificado o quórum passou-se à votação do documento.

**6.2.1** - O Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Lourenço Soares, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal foi aprovado por unanimidade.

**6.2.2** - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória do Cidadão falecidos.

**6.3** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação Arrábida a Património Mundial Misto da UNESCO); João Gerales (apresentando Moção/Deliberação Defesa e Valorização do Poder Local - Audição Popular); Miguel Salvado (apresentando Moção sobre Reforma do Poder Local); Carlos Revés (apresentando Moção/Deliberação sobre O Orçamento de Estado 2012); Cristina Coelho (apresentando Moção/Saudação sobre Fado Património Cultural Imaterial da Humanidade); Sérgio Taipas (apresentando Moção/Saudação a Alves Redol e Manuel da Fonseca no centenário dos seus nascimentos); Ana Salvado (apresentando Moção/Deliberação sobre Dia Internacional das Pessoas com Deficiência); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação Mais Longe da Saúde!); Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre Polis da Costa da Caparica); José Augusto Oliveira (apresentando Moção/Saudação Greve Geral); Sérgio Taipas (apresentando Moção/Saudação Aos Trinta e Cinco Anos do Poder Local Democrático); Vitor Castanheira (apresentando Moção/Deliberação sobre Violência Contra as Mulheres); Francisca Parreira (apresentando Moção/Saudação Voluntariado); António Pedro Maco (apresentando Moção/Deliberação sobre Reforma da Administração Local e Moção/Deliberação sobre Elevação do Fado a património imaterial da Humanidade); José Joaquim Leitão; Almeida Lima; Fernando Pena; Sérgio Taipas; Luís Filipe Pereira; Miguel Salvado e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

**6.3.1** – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Cristina Coelho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Moção/Deliberação sobre Apoio à candidatura da Arrábida a Património Mundial Misto da UNESCO

A cordilheira da Arrábida é um sítio natural de valor estético profundamente reconhecido cujo mosaico de paisagens que nos oferece já vários escritores e poetas cantaram. Uma paisagem de serra, de vales profundos, de mar e magníficas praias, sendo o Cabo Espichel o local onde termina o mediterrâneo e começa o atlântico – um *finis terrae*.

A exceção da Arrábida assenta na sua inestimável riqueza das suas paisagens naturais, onde se encontram vestígios da ocupação humana desde o paleolítico e ao longo de milhares de anos. Na sua vegetação mediterrânica com influência atlântica, única e excepcional. No Portinho da Arrábida e no seu mar: uma área com elevada biodiversidade, onde foram já identificadas mais de mil espécies de fauna e de flora marinhas, o que lhe confere um carácter excepcional a nível europeu. No Convento da Arrábida, Na Brecha, Nas grutas do sistema cársico, nos fósseis e icnofósseis de diversas eras geológicas. Estes são apenas alguns dos muitos exemplos do valor científico, humano, natural, social e cultural da Arrábida.

A candidatura da Arrábida a Património Mundial Misto da UNESCO está a ser desenvolvida pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, e representa uma candidatura muito particular e extraordinariamente importante, visto ser a primeira candidatura mista que surge em Portugal. Ou seja, esta candidatura agrega não apenas a componente ambiental e de biodiversidade riquíssima na Arrábida, como também uma componente cultural, histórica e social de extraordinária relevância.

De facto, a importância geoestratégica da Arrábida foi determinante durante os momentos da conquista muçulmana e da reconquista cristã do território português, altura em que os castelos de Palmela e Sesimbra foram essenciais para a defesa da região, tendo o Castelo de Palmela sido a sede da Ordem Religiosa e Militar de Santiago de Espada.

A Arrábida é palco ainda de diferentes manifestações religiosas. A importância e a singularidade da arquitetura religiosa é traduzida, entre outros exemplos, pelo Convento da Arrábida, pelo Santuário do Espichel, pelas várias capelas e ermidas que pontuam a paisagem desta região, aliados ao manancial de manifestações rituais, onde a expressividade dos cultos é notória, sendo os seus expoentes máximos os cultos da Nossa Senhora do Cabo e a da Nossa Senhora da Arrábida.

A Arrábida é realmente um sítio mágico, único. Um Bem único de valor excepcional, que se revela uma unidade orgânica, interdependente, em que património natural e cultural, material e imaterial, se encontram indissolúvelmente ligados. Um lugar de contrastes, de mar e terra, de céu e de serra, de obras conjugadas do Homem e da Natureza que urge preservar, proteger e conhecer. Um Património que deve ficar para a Humanidade!

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no 15 de Dezembro de 2011 delibera:

1º Saudar a manifestar o seu apoio à Candidatura da Arrábida a Património Mundial Misto junto da UNESCO;





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

2ª Saudar a Associação de Municípios da Região de Setúbal, enquanto entidade promotora desta candidatura, bem como os seus parceiros na Comissão Executiva: o Instituto da Conservação e Natureza e Biodiversidade e o Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal.”

**6.3.2** – O Sr. Deputado Municipal João Gerales:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/deliberação Defesa e Valorização do Poder Local – Audição Popular

Considerando a realização do Encontro “Defender e Valorizar o Poder Local Democrático” promovido pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMRS) e pela Delegação Distrital da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), que decorreu no passado dia 19 de Novembro no Seixal, reunindo mais de 400 eleitos nos diferentes órgãos autárquicos de todos os partidos políticos representados nas autarquias da região.

Considerando que os autarcas reunidos naquele Encontro Distrital afirmaram inequivocamente a sua disponibilidade para prosseguir a defesa do Poder Local Democrático tal como se encontra consagrado na Constituição da República Portuguesa, aprovando por larguíssima maioria uma Resolução, cujo conteúdo se transcreve na íntegra pelo seu significado e importância:

“Resolução

A Região de Setúbal, ao longo de mais de três décadas, tem tido no Poder Local Democrático um instrumento fundamental para o seu desenvolvimento, para a elevação das condições de vida das suas populações, para a qualificação do território, para a promoção da coesão social, económica e cultural, para o estímulo à participação popular e democrática na resolução dos problemas existentes.

Poder Local Democrático que, apesar dos condicionalismos criados pela inexistência em concreto de Regiões Administrativas, foi capaz de operar profundas transformações no País e na Região, democratizando e descentralizando o investimento público, nasceu com a Revolução de Abril e foi consagrado na sua Constituição, sendo caracterizado pela existência de autarquias locais que integram a organização democrática do Estado, dotadas de órgãos deliberativos e executivos, plurais e colegiais, representativos das populações, eleitos por sufrágio direto e universal, com atribuições, competências, património, finanças e quadro de pessoal próprios.

É este Poder Local, autónomo e democrático, com capacidade criadora e concretizadora, que os eleitos nas autarquias locais da Região de Setúbal entendem ser necessário defender e valorizar perante os desafios com que está confrontado.

No momento em que se realiza este Encontro, sob o lema “Defender e Valorizar o Poder Local Democrático”, reunindo o conjunto dos eleitos nos órgãos das autarquias locais da Região de Setúbal, o País e os Portugueses são vítimas de uma grave crise económica, financeira e social.

Na Região, a estagnação da atividade económica; a falência de empresas (em especial, micro, pequenas e médias); o desemprego; a precariedade; o encerramento de serviços públicos da Administração Central, designadamente nas áreas da saúde e da educação; o aumento do custo de vida; o empobrecimento generalizado dos trabalhadores constituem factores de forte perturbação da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

vida das nossas comunidades que tornam indispensável assegurar as condições para a prestação de um serviço público autárquico que responde as necessidades das populações quando, simultaneamente, diminuem drasticamente os recursos para dar resposta a todas as solicitações nas múltiplas áreas de intervenção do Poder Local.

É neste contexto que aos eleitos locais da Região de Setúbal está colocado o problema de saber como enfrentar esta crise e as políticas de austeridade, continuando a promover o desenvolvimento dos territórios e o bem-estar das populações, contribuindo para a superação das dificuldades nacionais, afirmando-se como agentes da mudança necessária. Nesse sentido, as eleitos locais da Região de Setúbal resolvem continuar a:

1. Defender e Valorizar o Poder Local Democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa do Portugal de Abril;
2. Defender e Valorizar o carácter representativo e transparente do Poder Local legitimado democraticamente pelo voto popular;
3. Defender e Valorizar a autonomia do Poder Local Democrático;
4. Defender e Valorizar todas as autarquias desta Região, sublinhando o papel que desempenham até hoje no desenvolvimento deste território, reafirmando a necessidade de todas elas continuarem a prestar um serviço público cada vez mais qualificado;
5. Defender e Valorizar a importância de investimentos públicos da responsabilidade da Administração Central pela sua relevância nacional e regional;
6. Defender e Valorizar, nos termos da Constituição, a importância da justa participação, por direito próprio, das autarquias locais nas receitas do Estado e uma Lei de Finanças Locais que garanta um Poder Local com recursos adequados para fazer face as suas atribuições e competências;
7. Defender e Valorizar os serviços públicos autárquicos prestados às populações e aos agentes de desenvolvimento, enquanto instrumentos de progresso;
8. Defender e Valorizar o emprego público autárquico, exigindo estabilidade, segurança e uma justa retribuição para todos aqueles que nas autarquias locais desta Região dignificam o serviço público e colocam o seu esforço e o seu saber ao serviço da comunidade;
9. Defender e Valorizar a importância do envolvimento das populações na defesa do Poder Local Democrático, dos serviços públicos e da sua qualidade e nível de vida.
10. Defender e Valorizar o associativismo autárquico como expressão da capacidade de promoção e concertação de estratégias, projetos e ações entre entidades autárquicas, com vista a prossecução de interesses comuns.
11. Defender e Valorizar o conjunto de ações e tomadas de posição dos órgãos autárquicos e dos seus eleitos que promovam o esclarecimento e afirmem o Poder Local Democrático.

Defendendo e valorizando estas realidades, considerando que sem crescimento económico e sem desenvolvimento social não haverá saída para o período que estamos a viver, os eleitos nos órgãos das autarquias locais da Região de Setúbal pretendem uma vez mais, afirmar o seu compromisso com as



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

populações e ser parte das soluções para superar o atual quadro das graves dificuldades com que está confrontado o Poder Local.

Os eleitos nas autarquias da Região presentes no Encontro “Defender e Valorizar o Poder Local Democrático”, face a gravidade do momento que se vive e as exigências que recaem sobre as autarquias, pretendem aprofundar este debate nos órgãos próprios dos Municípios e Freguesias e em iniciativas promovidas pela AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal e Delegação Distrital da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, em tempo que permita uma reflexão susceptível de encontrar as melhores soluções com a participação e envolvimento das populações, em nome do Portugal de Abril, do desenvolvimento, bem-estar económico e social e cidadania.

Seixal, 19 de Novembro de 2011”

Considerando que os Eleitos nas Freguesias aprovaram recentemente no XIII Congresso Nacional da ANAFRE uma igualmente clara tomada de posição de rejeição da proposta de “Reforma Administrativa” que o actual Governo pretende impor ao País, sublinhando nessa decisão que a proposta do Governo não preconiza um modelo adequado à realidade social portuguesa e que a reforma administrativa deve obedecer ao princípio democrático da consulta popular e auscultar as populações.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada em 30 de Setembro passado, aprovou uma Moção/Deliberação contra a extinção de autarquias locais, através da qual, e entre outras questões, a Assembleia Municipal de Almada deliberou, e cita-se:

“Repudiar com veemência qualquer intenção de extinguir autarquias locais que se traduza:

- a) Na pura eliminação ou fusão de freguesias ou municípios;
- b) Numa qualquer forma de engenharia política e eleitoral que retire às autarquias locais o essencial daquilo que as constitucionalmente caracteriza – os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a sua parte dos recursos públicos essenciais à sua missão nas condições de autonomia previstas na Constituição da República;
- c) Na tentativa de decapitação da capacidade de intervenção concreta das autarquias locais ao serviço e em benefício das populações pelo brutal condicionamento da estrutura organizativa de cada município (e naturalmente de cada freguesia), recentemente anunciada pelo Governo no quadro do pacote de medidas de “reorganização administrativa” de país.”

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 15, 16 e 19 de Dezembro de 2011, delibera:

1. Apoiar e aderir ao conteúdo da Resolução aprovada pelos Eleitos Locais participantes no Encontro Regional do Poder Local “Defender e Valorizar o Poder Local Democrático”, reproduzida na íntegra na presente Moção/Deliberação.
2. Reafirmar a rejeição de toda a tentativa de imposição de uma “reforma administrativa” que visa destruir e descaracterizar o Poder Local Democrático instituído pela Constituição Democrática da República Portuguesa, e que corporiza uma das mais importantes e significativas conquistas do 25 de Abril de 1974 e do Povo Português.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

3. Proclamar inequivocamente e responsabilmente o apoio, a partilha e a pareceria a todas as iniciativas e medidas que defendam e consolidem o Poder Local do Portugal de Abril, firmando a autonomia das Autarquias e reforçando os seus meios para o pleno cumprimento dos princípios constitucionais designadamente o do seu artigo 235º que determina que “As Autarquias Locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”.

4. Promover, organizar e concretizar no primeiro trimestre do ano de 2012, uma Audição Popular Autárquica visando a abordagem das medidas políticas contidas na “reforma administrativa” proposta pelo Governo e conhecida por “livro verde”, convidando todos os restantes órgãos autárquicos do Município de Almada – Assembleias de Freguesia, Juntas de Freguesia e Câmara Municipal – bem como as forças vivas do Concelho e os Cidadãos em termos individuais, a associar-se e participar ativamente nesta iniciativa de Audição promovida pela Assembleia Municipal de Almada.”

#### **6.3.3 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção Reformar para melhorar e desenvolver o Poder Local

As medidas avançadas para a reforma da administração local têm como principal objectivo uma maior racionalização na gestão territorial permitindo uma melhoria dos serviços públicos com menos dinheiro, respondendo a uma exigência cada vez maior por parte dos cidadãos.

O Livro Verde da Reforma da Administração Local é o documento que serve de base para uma mudança de paradigma na gestão territorial por parte das autarquias, reformulando modelos para uma maior resposta às exigências das populações fomentando a descentralização administrativa e reforçando o papel do Poder Local como vector estratégico de desenvolvimento.

Este assenta em quatro eixos principais: o Sector Empresarial Local, a Organização do Território, a Gestão Municipal e Intermunicipal e o Financiamento e Democracia Local.

Estamos convictos na necessidade de uma reforma que é importante, que se encontra em discussão, não estando por isso, fechada, estando o Governo disponível a receber todos os contributos sobre esta matéria.

Este documento permite que se faça um debate sério para uma reforma que pretende reforçar a coesão e a competitividade territorial do nosso concelho. Este objectivo só será alcançado quanto maior for o consenso entre as várias forças políticas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 15 de Dezembro de 2011, delibera:

1 – Procurar um consenso entre todas as forças políticas de modo a apresentar ao Governo sugestões realistas que visem a sua melhoria e a consequente aplicação prática.

2 - Promover um real esclarecimento das populações e o empenho na procura das soluções que melhor sirvam os interesses da nossa freguesia e do nosso concelho.

3 – realizar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para debate deste tema.”

#### **6.3.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés:**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre O Orçamento do Estado 2012

O Orçamento do Estado para 2012, que foi viabilizado com o voto do PSD e CDS e a abstenção do PS, é uma verdadeira declaração de guerra, aos trabalhadores, à juventude, aos reformados, às micro, pequenas e médias empresas, às populações do Concelho de Almada.

Este Orçamento do Estado representa um agravamento da política de direita, factor de degradação e falência económica do país e destruição da capacidade produtiva, da procura interna, com o corte dos rendimentos dos trabalhadores e corte no investimento público. Determina um roubo escandaloso aos rendimentos dos trabalhadores, pensionistas e reformados com a imposição dos cortes nos subsídios de férias e de Natal; determina a redução e eliminação de prestações sociais; o aumento de impostos e dos preços de bens essenciais

Por outro lado, aponta para a destruição de empresas e serviços públicos e o ataque a funções sociais do Estado, com novos ataques ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública; a retirada do direito ao transporte e à mobilidade (designadamente pelo corte dos Passes Sociais).

Além das medidas que afectam todo o povo português, no caso da região de Setúbal este Orçamento de Estado tem especial impacto na vida das populações. Aspectos como a suspensão ou o adiamento sem fim à vista de importantes e indispensáveis investimentos públicos, como os Hospitais públicos no concelho do Seixal e Montijo-Alcochete ou a Terceira Travessia rodo-ferroviária Barreiro-Lisboa

Enquanto órgão autárquico, e no que ao Poder Local Democrático diz respeito, impõe-se condenar a política de estrangulamento das autarquias locais pela imposição da asfixia financeira e da liquidação da sua autonomia. Tal política surge lado a lado com a submissão aos grupos económicos e ao capital financeiro por via do clamoroso favorecimento fiscal; bem como dos apoios diretos à banca - agora confirmados com a aprovação da legislação sobre recapitalização e a transferência dos fundos de pensões - e do programa de privatizações; de acentuação da dependência, submissão e ruína nacional de que são expressão (só em 2012, fora os outros anos) os mais de 8,8 mil milhões de euros em juros a pagar sobre a dívida pública.

Nos últimos anos têm vindo a ser introduzidas sucessivas restrições à capacidade de intervenção dos municípios e freguesias, que se encontram cada vez mais limitados para poder corresponder às necessidades das populações e continuarem a ser os promotores e dinamizadores fundamentais do desenvolvimento local.

Na proposta de Orçamento de Estado para 2012 o governo optou por prosseguir a política de asfixia financeira das Autarquias, com um corte de 120 milhões de euros nas transferências para os Municípios e de 10 milhões de euros para as Freguesias. Desde 2010, os cortes nas transferências para os municípios atingem 674 milhões de euros (menos 25% em três anos), montante que aumenta para menos 847 milhões de euros, em relação à não aplicação da Lei de Finanças Locais desde 2010 (menos 32% em três anos).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Verifica-se assim uma cada vez maior degradação da situação financeira dos Municípios, com a redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado e com o decréscimo de receitas próprias, levando a uma cada vez maior divergência entre o comportamento das receitas municipais e o aumento de encargos, que tem sido em alguns casos galopante, bastando referir os aumentos do IVA, dos combustíveis, da eletricidade, dos encargos com ADSE e Serviço Nacional de Saúde, ou o pagamento de taxas à administração central.

A par da asfixia financeira, o atual governo prossegue a ingerência na autonomia do Poder Local e a sua incapacitação pela via da redução de pessoal e das limitações à contratação. Na continuidade dos Orçamentos de Estado anteriores, a proposta para 2012 pretende impor a redução de 2% do número de trabalhadores da administração local e de 15% dos dirigentes, para além de proibir a abertura de concursos de admissão de pessoal, excepto em condições muito limitadas e garantindo o cumprimento da redução imposta.

Estas gravosas medidas põem em causa a prestação do serviço público, tendem a atingir desde logo as funções sociais e culturais do poder local e pretendem empurrar as autarquias para a entrega de serviços básicos a privados.

Parte integrante e central do ataque ao Poder Local é dirigida aos trabalhadores da administração local. Também nesta matéria o OE para 2012 aprofunda as políticas laborais que vêm sendo aplicadas há anos.

Este Orçamento do Estado retoma, reafirma e aprofunda as opções políticas que haviam sido preconizadas no “PEC 4” do Governo PS/Sócrates: a privatização das empresas públicas (dos Correios, da CP, da ANA, da Caixa Geral de Depósitos), o congelamento do salário mínimo e das pensões e reformas, um corte na saúde e nas prestações sociais, o encerramento de escolas, o aumento de impostos sobre o trabalho, o aumento do IVA sobre os bens essenciais, o corte no subsídio de desemprego, entre tantas outras medidas profundamente negativas

Este Orçamento do Estado revelou com inteira clareza, no âmbito do seu processo de discussão e aprovação, um pleno comprometimento na imposição de opções que degradam as condições de vida dos trabalhadores e do povo, afundam o país no plano económico e social, hipotecam o futuro de Portugal.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 15 de Dezembro, delibera:

1. Manifestar-se contra as linhas de orientação que presidem ao Orçamento do Estado para 2012;
2. Rejeitar as opções de desinvestimento, destruição dos serviços públicos, desmantelamento dos sectores produtivos, ataque aos rendimentos e aos direitos dos trabalhadores, jovens e reformados;
3. Condenar em particular a política de asfixia financeira do Poder Local Democrático, levada a cabo no OE ao arrepio da Constituição da República;
4. Exigir uma política económica que promova o investimento de qualidade, o desenvolvimento integrado, sustentável e solidário, com uma resposta estrutural ao problema da dívida pública e do





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

endividamento externo que salvaguarde o interesse nacional e o futuro colectivo do Povo Português.”

#### 6.3.5 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Cristina Coelho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Fado Património Cultural Imaterial da Humanidade

Diz o saber enciclopédico que a música consiste numa combinação de sons e de silêncios, numa sequência simultânea ou em sequências sucessivas que se desenvolvem num espaço de tempo. Diz ainda que nestes casos o som tem, ou assume, um conjunto de características como altura intensidade e timbre. Que tem ritmo e melodia, ou ainda, harmonia. Que a história da música se confunde com a história do desenvolvimento da cultura e inteligência humana.

Mas o saber enciclopédico será sempre relegado para segundo plano no momento em que escuta um Fado nas vozes de Carlos do Carmo, Mariza, Severa, Amália ou Alfredo Marceneiro. O Fado da tasca lisboeta, do estudante de Coimbra, das grandes casas de espetáculo ou dos pequenos retiros à luz das velas é um dos devires do sentir português e conseqüentemente, há várias gerações, um símbolo da nossa identidade.

Com o fado cantam-se os homens e as mulheres portuguesas nos seus gestos quotidianos, nas suas alegrias e tristezas, nos seus encantos e desamores, e nos seus sonhos. Canta-se a poesia e as grandes emoções: o amor, o ciúme, o desejo, a renúncia, a saudade, a desilusão, o arrependimento, a dor e a alegria.

E é neste sentir genuíno que o Fado nos traz, a cada um de nós, a nossa identidade enquanto povo e a nossa ligação ao passado. Mas tal como outras formas de arte, graças à sua riqueza, resiliência e criatividade nas suas diferentes expressões o fado também foi capaz de se renovar, de se recriar e reinventar ao longo dos diferentes períodos da nossa história. Neste sentido, o Fado é uma herança portuguesa ativa, dinâmica, usada, exercida — um património atual, vivo e vivenciado. Um património que importa salvaguardar, valorizar e promover.

As Candidaturas a Património da Humanidade, quando bem conduzidas, são processos geradores de saber científico, do aprofundamento do conhecimento, mas também da valorização e divulgação do saber assumindo-se, ainda, como um factor promotor da autoestima das populações. E a Candidatura do Fado a Património Cultural Imaterial da Humanidade foi um processo que levou o povo português a redescobrir, conhecer, amar e a compreender melhor o Fado.

De facto, e independentemente de se gostar ou não, é indiscutível que esta forma de arte nos permite olhar e refletir sobre nós próprios, enquanto povo e indivíduos, e tem um papel fundamental na forma como assumimos a nossa consciência de identidade portuguesa. No entanto, agora o Fado já não é apenas, e tão-somente, um valor nacional. Trata-se de um património, sem dúvida português na sua génese, mas com a sua classificação como património da humanidade, na passada madrugada do dia 27 de Novembro, o Fado passou a ser um património de todos os povos do mundo. Tamanha grandeza apenas pode ser um fator de enaltecimento e orgulho do ser português, um sentimento que face à



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

situação difícil que o país atravessa, todos nós, cidadãos e instituições devemos alimentar e fazer perdurar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no 15 de Dezembro de 2011 delibera:

1º Saudar a inclusão do Fado na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO;

2ª Felicitar o Município de Lisboa e todos os promotores da candidatura e em particular os cantores, músicos, compositores, poetas, investigadores e estudiosos que fizeram e fazem o Fado uma realidade viva e afirmativa da identidade portuguesa.”

#### **6.3.6 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação A Alves Redol e Manuel da Fonseca no centenário dos seus nascimentos

Assinala-se ao longo de 2011, através de um conjunto amplo de iniciativas, o centenário do nascimento de dois nomes maiores da literatura e da cultura portuguesas: Manuel da Fonseca (15.Outubro.1911 – 11.Março.1993) e Alves Redol (29.Dezembro.1911 – 29.Novembro.1969).

Personalidades diversas entre si, o que matizou estilos personalizados de expressão literária, muito de comum e partilhado deve assinalar-se ao evocar estas duas grandes figuras das letras e da intervenção cívica portuguesas.

Ambos filhos do Povo, autodidatas, tornados intelectuais pela produção das respectivas obras, fundadores do neorrealismo literário português, ambos construtores de percursos de grande coerência na intervenção política, social e cultural, ambos lutadores antifascistas de primeira linha e militantes ativos do Partido Comunista Português, desde o início dos anos quarenta até ao fim das suas vidas. Ambos elevaram a voz dos explorados e oprimidos e devolveram ao Povo obras que testemunham a profunda relação dialéctica entre a vida e a criação literária, como deliberada e intencionalmente sempre cultivaram. Em ambos, a obra literária produzida se constituiu como poderoso factor da luta antifascista.

De “Gaibéus” (1939), romance fundador do neorrealismo literário português, diz o próprio Alves Redol que “...nasceu quando muitos morriam por nós (...) foi consciência alertada antes de ser romance (...) quer ser antes de tudo um documentário humano”. Trata-se de uma obra inovadora na forma e no conteúdo: trouxe para a literatura os problemas dos trabalhadores explorados e oprimidos, neste caso os ceifeiros das lezírias do Tejo, “desse povo da borda de água” a que Redol dizia pertencer. Inaugura uma literatura como forma de intervenção social, não a escrita de obra meramente ficcionada, mas o traço vivo da realidade social e das vivências experienciadas. Este novo modo de olhar o real transporta consigo a pluralidade das vozes, o herói como sujeito colectivo, que a espaços se individualiza, exprimindo-se aqui no corpo do rancho de homens e mulheres que buscam o sustento em condições de exploração extrema e cuja situação todos sentem nas “gargantas secas e famintas” e de que alguns vão



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

assumindo consciência mais profunda. Seco e duro também na forma, antecipando na novelística portuguesa um processo narrativo austero e sóbrio.

Estas características, que imprimem a matriz estrutural da estética neo-realista, inovando relativamente ao realismo social, são indissociáveis da vivência concreta e do conhecimento das gentes e dos problemas dos grupos sociais sobre os quais escreve e são moldadas pelos compromissos assumidos por Alves Redol, expressos e aprendidos na sua intervenção social e política. Inserido no movimento associativo e cultural de Vila Franca de Xira, organiza conferências e palestras, é alfabetizador, dá aulas de aperfeiçoamento profissional a operários da construção civil. Empenha-se na resistência antifascista, mantém colaboração literária e ensaística nos jornais “O Diabo” e “Sol Nascente”, adere ao PCP no início dos anos quarenta, participando ativamente na organização das greves operárias de 1943/44, assume um papel de relevo no contexto da intervenção dos intelectuais antifascistas ao lado dos oprimidos, é dirigente do M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática), em 1945. Foi preso pela polícia política em 1944 e 1963, sendo o primeiro (e durante algum tempo o único) escritor português obrigado a submeter os seus textos originais à comissão de censura prévia.

Quando morre aos 58 anos de idade, Alves Redol deixara uma profunda, extensa e coerente produção literária de trinta e quatro títulos nas áreas do romance, conto, dramaturgia, literatura infantil e juvenil e no ensaio, de que sobressai como obra-prima reconhecida pela crítica “Barranco de Cegos” (1961). Trazendo personagens e temas até então ignorados pela literatura, da Nazaré, Douro ou Lisboa, mas acima de tudo e com raízes mais profundas, do Ribatejo, a obra de Alves Redol conquista êxito junto de novos e mais vastos públicos, granjeando enorme prestígio nacional e internacional.

Manuel da Fonseca, embora nos tenha trazido também a Lisboa dos anos sessenta, é, por excelência, o grande escritor do Alentejo. Na sua obra, o protagonista é o povo alentejano que sofre e luta, que trabalha de sol a sol, que enfrenta o desemprego, as praças de jorna, a miséria, a repressão brutal, as prisões, a morte.

Tal como Alves Redol no romance, Manuel da Fonseca é fundador da poesia neorrealista, com as obras Rosa dos Ventos (1940) e Planície (1941, publicada e inserida no movimento “Novo Cancioneiro”), dando, neste campo, aprofundadas coerência, qualidade e espessura literária à ideologia neorrealista, concretizada aqui pelo centrar da temática social, dando voz aos que nunca a tiveram e usando um estilo de oralidade intencionalmente decorrente das tradições maioritariamente populares.

Nos seus romances, de que sobressaem Cerromaior (1943) e Seara de Vento (1958) retratam-se a crueza da exploração dos camponeses pelos latifundiários e a ruína dos pequenos proprietários da terra, a pobreza, a fome, as tensões socioeconómicas e familiares, o alcoolismo, a violência doméstica, o analfabetismo, em suma o enclausuramento asfixiante na interminável planície que nega horizontes de vida. Na crueza dessa conflitualidade, emergem personagens cuja espessura humana muito deve a um autor que ama a vida e a verdade, tem um fino sentido de humor e é talentoso contador de histórias. Tal como em Alves Redol, a sua obra de poeta, romancista, contista e cronista deve ser compreendida à luz de um percurso de intelectual comprometido com as lutas do seu tempo que quis que fossem



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

também as suas. Militante comunista desde o início dos anos quarenta, Manuel da Fonseca, sempre se manteve ativo na resistência ao fascismo e na luta pela liberdade, concretizando a profunda relação entre a vida e a obra literária. Entre muitas outras referências, assinale-se que era Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores quando, em 1964, esta atribuiu o prémio literário a Luandino Vieira, foi preso pela polícia política, juntamente com outros dirigentes da SPA, então encerrada. Após o 25 de Abril e até à sua morte, ocorrida em 1993, manteve o mesmo registo de coerência na intervenção pública.

Pela grandeza da obra literária, pela absoluta contemporaneidade da indignada revolta que nos toma, ao revisitarmos nos seus textos a denúncia da exploração e da opressão, pelos percursos construídos rumo à dignidade da condição humana – que habitam a literatura desde a tragédia grega – e que aqui e agora continuam a interpelar-nos de forma agudíssima, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário, em 15 de Dezembro de 2011, saúda e associa-se às comemorações, assinalando a importância da obra e o exemplo de vida de Alves Redol e Manuel da Fonseca.”

#### **6.3.7 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Salvado:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Celebrou-se no dia 3 de Dezembro o Dia Internacional das pessoas com deficiência.

Apesar dos progressos, de âmbito legal e formal, e dos resultados alcançados pelas políticas nacionais e locais exercidas sobretudo na última década, e por uma rede de organizações do terceiro sector que há mais de trinta anos investe no apoio diário a esta população, há que reconhecer que a vida das pessoas com deficiências e incapacidades ainda oferece sinais de preocupação pelo desfavorecimento e desvantagem a que estão votadas em muitos domínios estruturantes da nossa vida em sociedade e em dimensões e indicadores que estruturam aquilo a que tão facilmente chamamos de qualidade de vida.

Os decisores locais, a par da administração central e da sociedade civil compõem hoje o triângulo daquilo que poderíamos apelidar de um modelo de atuação que favorece a integração e defende os demais direitos das pessoas com deficiências consagrados desde logo constitucionalmente.

A capacidade de ação e a eficácia das medidas tomadas, genericamente, pelos municípios portugueses têm-se afirmado em áreas chave do desenvolvimento. Desde logo em matéria de acessibilidades e mobilidade para todos, financiamento e apoio a organizações da sociedade civil, oferta de serviços regulares adaptados às necessidades desta população.

São vários os domínios de atuação que um município pode vislumbrar como estratégia local para esta população. Tais como são vários os impactos diretos na vida destas pessoas para se poder avaliar em que medida os municípios defendem e adoptam medidas concretas que favoreçam a sua participação, quer como residentes, quer como trabalhadores.

Tendo presente que a população com deficiência no município de Almada representa aproximadamente 7% da população total; que existe um conjunto de apoios e medidas que importa que estejam



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

acessíveis ao cidadão com deficiência e as suas famílias; que a Câmara Municipal de Almada dispõe de um gabinete de apoio ao munícipe; que existe a nível nacional um projeto liderado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação em cooperação com as Câmaras Municipais que visa prestar informação e mediar situações que impliquem o acesso a direitos, recursos e medidas existentes para esta população; que a deficiência é uma área de intervenção que pela extensão e complexidade dos apoios existentes a nível nacional, a questão da informação torna-se fundamental no combate à exclusão; que a população com deficiência apresenta níveis de qualificação escolar bastante inferiores à média da população em geral o que torna mais difícil o acesso a este tipo de recursos;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, a 15 de Dezembro de 2011, delibera:

- 1) solidarizar-se com os princípios, ações e o lema das Nações Unidas para 2011 – “Juntos por um mundo melhor: incluir as pessoas com deficiência no desenvolvimento”;
- 2) recomendar à Câmara Municipal que desenvolva esforços para poder disponibilizar à população com deficiência de Almada, por exemplo, no espaço da Loja do Munícipe, um Serviço de Informação e Mediação para pessoas com deficiência através da celebração de um protocolo, a custo zero para a autarquia, com o organismo que a nível nacional operacionaliza e acompanha a Estratégia Nacional para a Deficiência. E desta forma, Almada passar a contar com um serviço especializado, informado e acessível à população com deficiência e suas famílias que fará do município um território mais inclusivo e mais desenvolvido.”

#### **6.3.8 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**Moção/Deliberação Mais Longe da Saúde!**

O Sr. Ministro da Saúde anunciou que o valor das taxas moderadoras para 2012, serão mais do dobro em relação ao preço atual, passando nos Centros de Saúde de 2,25 euros para 5 euros e nas Urgências Hospitalares de 9,60 euros para 20 euros.

Com esta medida o Governo prevê arrecadar uma receita de 100 milhões de euros.

O aumento das taxas moderadoras vai condicionar e até excluir o acesso das pessoas às urgências hospitalares. Estas medidas só seriam admissíveis se os Centros de Saúde funcionassem bem e se todos tivessem direito a médico de família, o que está muito longe de acontecer.

Este aumento, e citando António Arnaut é “injusto e inconstitucional”, na nossa Constituição está inscrito que a Saúde é tendencialmente gratuita e não tendencialmente paga.

As novas taxas moderadoras são uma Via Verde para os privados, esta será uma consequência destas medidas. A título de exemplo; a partir de Janeiro uma ida à urgência vai custar o mesmo preço que a CUF Descobertas cobra por uma urgência a um beneficiário de um seguro de saúde, assim como um utente Multicare pagará apenas mais 5 euros por uma consulta de especialidade no Hospital dos Lusíadas do que num hospital público.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A ideia de quem pode deve pagar, fará com que os que podem se afastem do SNS, tornando-se assim o SNS num serviço de saúde para pobres, com um atendimento pobre num País cada vez mais envelhecido e mais empobrecido!

Saúde, um direito a respeitar!

Existem muitos motivos de preocupação neste domínio e recentemente tem sido o Hospital Garcia de Orta a ser notícia, pela falta de ginecologistas/obstetras.

A Administração do Hospital tem enviado grávidas em trabalho de parto e consideradas sem risco para outras unidades da região de Lisboa e Setúbal. Esta situação verifica-se desde Novembro em que todas as grávidas dos Concelhos de Almada, Sesimbra e Seixal, em trabalho de parto são encaminhadas para outras maternidades, como Hospital de Santa Maria, Dona Estefânia ou São Francisco Xavier ou da Península de Setúbal.

Só as grávidas em situação de risco são atendidas na urgência obstétrica de Almada.

De acordo com as notícias vindas a público a Administração do HGO, refere que o problema da falta de obstetras tem-se sentido ao longo de todo o ano. Por outro lado os obstetras do HGO, já expressaram a sua “desresponsabilização” por eventuais problemas que ocorram na assistência às parturientes. Os médicos invocam a falta de condições de trabalho, originadas pela insuficiência de profissionais e o elevado número de parturientes.

A Assembleia Municipal de Almada reunida a 15 de Dezembro de 2011, delibera:

- 1- Manifestar a sua profunda preocupação pelo retrocesso e efeitos prejudiciais, destas medidas do governo sobre os utentes do SNS.
- 2- Reclamar por este meio junto da Administração do HGO que tudo faça, para que não continuem a verificar-se as atuais deslocções de parturientes.
- 3- Apelar à intervenção do Sr. Presidente da República, para que se cumpra a Constituição.”

#### **6.3.9 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Cristina Coelho:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Polis da Costa da Caparica

O Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, de 15 de Maio, com o objectivo de requalificar cidades, melhorar a competitividade, reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, cabendo a sua promoção ao Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

No quadro da qualificação das Cidades Médias e da Valorização do reforço da Rede Urbana Regional é considerado as ações do Programa Polis para reforçar e valorizar a Frente Atlântica de Almada /Costa da Caparica como polo de excelência em termos de oferta de atividades de turismo, recreio e lazer da Área Metropolitana de Lisboa.

É assim criada pelo Decreto-Lei nº 229/2001, de 20 de Agosto, a CostaPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, S.A., tendo por objectivo, conforme consta





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

do artigo primeiro da Lei, "a gestão e coordenação do investimento a realizar na zona de intervenção da Costa da Caparica, no quadro do Programa Polis, promovido pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, bem como o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área de intervenção". Estipula ainda a referida lei no seu 2º artigo que as intervenções a realizar pela Sociedade CostaPolis "estão subordinadas à elaboração de um Plano Estratégico que define os atos e especifica as áreas e a natureza das intervenções, Sociedade essa detida em 60% pelo Estado e 40% pelo município de Almada.

O já referido Decreto-Lei nº 229/2001 deu o necessário enquadramento legal também a outros documentos importantes entretanto aprovados pelo Governo e o Município de Almada em que se destaca:

- A participação do Município na Sociedade CostaPolis

- O Acordo Parassocial de estabelecimento das relações entre o Governo e o Município no âmbito da Sociedade e da forma do seu funcionamento.

- O Protocolo de Acordo entre o Governo e a Câmara Municipal definidor do quadro institucional da parceria e o modelo organizacional para a realização das intervenções previstas no Programa Polis na Costa da Caparica e as obrigações das partes quanto à sua concretização em que assumem como determinante o Plano Estratégico entretanto aprovado.

A Sociedade CostaPolis, nos termos dos seus estatutos aprovados pelo referido Decreto-Lei dispõe de um Conselho de Administração constituído por três membros que têm como competência assegurar a gestão dos negócios da Sociedade, sendo-lhe atribuídos os mais amplos poderes e cabendo-lhe designadamente aprovar o plano de atividades e o orçamento anual, e acompanha a sua execução.

Acontece que o mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de três anos, e terminou em 31 de Dezembro de 2010.

Presentemente o Programa Polis na Costa da Caparica está parado, as obras entretanto realizadas na área de intervenção estão em degradação, os titulares dos órgãos sociais - conselho de administração, mesa da assembleia geral e fiscal único - estão há um ano sem serem eleitos e assim sem legitimidade para funcionarem em pleno e exercerem competências próprias.

As duas Assembleias Gerais convocadas durante o presente ano para eleição dos órgãos sociais não foram concretizadas e na última assembleia, convocada para o passado dia 30 de Novembro acabou por não se realizar por falta de participação do acionista Estado - representante do Governo devidamente mandatado para poder decidir.

É uma situação anormal, insustentável, irregular e profundamente prejudicial para a imagem de credibilidade da administração pública.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea o), do nº 1, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, alterada e publicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Plenário no dia 15 de Dezembro de 2011, delibera:

1 - Manifestar a mais profunda preocupação pela situação anormal em que se encontram os órgãos sociais da Sociedade CostaPolis e das demais situações de bloqueio ao necessário e desejado desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica.

2 - Reclamar o cumprimento do Acordo Parassocial e demais acordos assumidos pelo Estado com Município de Almada.

3 - Exigir que o Governo esclareça se continua politicamente interessado e empenhado no desenvolvimento do Programa Polis e no cumprimento do seu Plano Estratégico, determinante na Requalificação Urbana e na Valorização Ambiental da Costa da Caparica.

4 - Precisar absolutamente ao Governo a necessidade da sua intervenção interessada, quer por ter jurisdição em cerca de 80% do território da freguesia, quer por ser determinante, com 60% do capital social, na Sociedade CostaPolis, para que a Costa da Caparica se assuma como uma cidade de progresso.

5 - Proclamar novamente o apoio ao Programa Polis na Costa da Caparica, aos seus nobres objectivos de requalificação urbana e valorização ambiental, de melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, na caminhada necessária para um futuro gerador de sinergias, nomeadamente através da atracção de investimentos privados e de reforço e valorização da Frente Atlântica da Costa da Caparica como pólo de excelência em termos de oferta turística, de recreio e lazer da Área Metropolitana de Lisboa, assumindo-se como uma Intervenção Nacional de Grande Interesse Público.”

**6.3.10** – O Sr. Deputado Municipal José Augusto Oliveira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Greve Geral

Por toda a região e em todo o País, em centenas de empresas e locais de trabalho, o pacto de agressão, a política de submissão aos interesses da União Europeia, do BCE e do FMI e quem a executa e incentiva – O Governo do PSD, CDS e o Presidente da República - receberam uma forte condenação.

Foi uma grandiosa Greve Geral contra os roubos no salário e subsídio de férias e natal; uma greve contra o encerramento e degradação de serviços públicos; contra a privatização de empresas estratégicas para o país; contra o aumento dos preços.

Mas foi sobretudo uma greve de exigência de uma outra política para salvar o País, uma política assente na valorização do trabalho, na produção nacional com forte investimento público e em serviços públicos de qualidade.

A participação de mais de três milhões de trabalhadores, é ainda mais valorizável se tivermos em conta a manipulação e a chantagem utilizadas: televisões, comentadores, “especialistas”, dias a fio a discorrerem sobre a inutilidade da Greve e da inevitabilidade das medidas de austeridade; tribunais



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

arbitrais impondo serviços mínimos ilegítimos; empresas servindo-se de situações de precariedade, de prémios por receber, tudo serviu para chantagear trabalhadores para não aderirem à Greve.

A Greve Geral contou com fortes adesões nas principais empresas e locais de trabalho do Concelho, de todos os sectores de atividade, quer no sector privado, quer no público, desmentindo categoricamente os que queriam fazer crer que a Greve era só para o sector público.

No Concelho de Almada registou-se uma fortíssima adesão à Greve Geral. A maioria dos serviços públicos esteve encerrada, com especial destaque para os serviços da Câmara Municipal e dos SMAS, com mais de 98% de adesão; para a quase totalidade das escolas sem funcionar; e para o Hospital Garcia de Orta, onde se registou uma adesão na ordem dos 70%.

Registou-se também uma fortíssima adesão na Transtejo com paralisação de 100%, do Arsenal do Alfeite (91%), TST's (75%), da Caixa Geral de Depósitos (com encerramento de inúmeras dependências) entre muitas outras empresas em que a adesão foi significativa mesmo num quadro de grande intimidação do exercício ao direito à Greve como foi exemplo o caso do Jumbo Almada com uma adesão de 40%;

Outros locais que importa ainda de destacar, encontram-se os trabalhadores das PME's do Concelho de Almada, como é exemplo a Mecânica Piedense (65% de adesão); a fortíssima adesão do sector da pesca artesanal; a AIPICA; a ALMA ALENTEJANA; a SFUAP; a ARPIFC; a CURPIC e restantes IPSS's e Movimentos Associativos do Concelho, com uma adesão média acima dos 90% .

É também de destacar os milhares de trabalhadores, desempregados, reformados e população que participaram ativamente nas concentrações que a União dos Sindicatos de Setúbal da CGTP-IN promoveu em Setúbal e no Barreiro, bem como na manifestação em Lisboa.

A Assembleia Municipal de Almada saúda todos estes trabalhadores, em especial os milhares de jovens que, pela primeira vez, participaram numa jornada de luta desta envergadura, elemento de incontornável valor político que se projeta como uma importante garantia para o futuro.

A Assembleia Municipal de Almada esteve e está com a luta dos trabalhadores, porque a sua luta é a luta por um País de progresso, de justiça social, por um Portugal soberano e independente.”

#### **6.3.11 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Aos Trinta e Cinco Anos do Poder Local Democrático

As raízes do Poder Local Democrático que se constituiu na sequência do 25 de Abril encontram-se no processo de transformação do aparelho de estado do fascismo, então derrubado e substituído pela eleição direta de comissões administrativas, ou seja, pelo exercício de um poder indissociável de uma intensa participação popular em movimentos progressivamente organizados. Esta matriz original foi determinante para a construção do quadro legal em que decorreram as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos do poder local, realizadas em 12 de Dezembro de 1976, cujo 35º aniversário agora comemoramos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Expressão e conquista de Abril, o poder local tem sido, desde então, um valioso contributo para a construção da democracia, em larga medida devido a um modelo de eleição direta dos executivos municipais, constituídos segundo normas de proporcionalidade que emergem da vontade expressa pelos eleitores, aos hábitos de funcionamento democrático e da busca participada de soluções, pela proximidade dos cidadãos em relação à gestão autárquica e pelas possibilidades de controlo democrático permanente da atividade dos eleitos. Trata-se portanto de um conjunto de características de exercício do poder constitucionalmente consagradas e que importa valorizar, preservar e aprofundar. A inequívoca afirmação do Poder Local Democrático ao longo destas três décadas e meia e as profundas transformações operadas pela sua intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação progressiva de enormes carências são inseparáveis das características genuinamente democráticas enformadoras dos seus princípios essenciais: descentralização administrativa, autonomia financeira e de gestão, reconhecimento de património e finanças próprias, poder regulamentar, pluralidade, colegialidade, proximidade dos cidadãos. O papel determinante e o contributo fundamental e insubstituível do Poder Local Democrático para o desenvolvimento do País, assim como o facto de se constituir como espaço privilegiado de resolução de problemas e afirmação de direitos e defesa dos interesses e aspirações da população, são consensualmente reconhecidos.

Ao longo destes trinta e cinco anos, o Poder Local Democrático tem sido vítima de sucessivas medidas de asfixia financeira e fortemente restritivas da sua autonomia: regionalização administrativa sempre por concretizar; leis de finanças locais sucessiva e progressivamente espoliadoras das autarquias, agravadas ainda pelo seu não cumprimento, acrescido de dívidas do poder central ao poder local; orçamentos de Estado que progressivamente têm negado recursos financeiros, a par do decréscimo de receitas próprias e enquanto aumentam significativamente os encargos; incapacitação progressiva das autarquias pelas imposições de redução e não contratação de pessoal; restrição progressiva da autonomia dos municípios face ao poder central, quer por atos normativos, quer por ingerência abusiva, discricionária e ilegal.

É notório e inaceitável o significativo agravamento de todas estas medidas no Orçamento de Estado para 2012 ou na intenção de reforma administrativa que municípios e freguesias já recusaram veementemente e coloca a todos os autarcas a ação empenhada na defesa de um Poder Local Democrático que deve prosseguir e reforçar a prestação do serviço público e as funções sociais e culturais que são de sua competência e do interesse das populações.

Em Almada, a par das preocupações resultantes deste quadro de grandes dificuldades, assinalamos este aniversário com legítimo orgulho no trabalho realizado, pela execução rigorosa de um projecto de desenvolvimento que, nestas três décadas e meia, ultrapassou atrasos profundos herdados do fascismo e tem vindo a consolidar de forma crescente a concretização da melhoria do bem-estar e da qualidade de vida, no respeito pela matriz original de uma política orientada para o serviço público, com um sentido permanente de justiça social e discriminação positiva, valorizando a força do trabalho e os processos participativos na construção de projetos e obras.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Considerando estes pressupostos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário, em 15 de Dezembro de 2011, delibera:

1. Saudar o 35º Aniversário das primeiras eleições democráticas para os órgãos do poder local.
2. Saudar todas e todos os autarcas que ao longo destes anos têm contribuído para o desenvolvimento e o progresso locais, através da sua participação na Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia.
3. Reafirmar o empenho na defesa do Poder Local do Portugal de Abril, na consolidação da autonomia das autarquias locais e no reforço de meios para o pleno cumprimento dos princípios constitucionais, na prossecução dos interesses próprios das populações.”

**6.3.12** – O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Violência contra as mulheres

“A violência contra as mulheres causa enorme sofrimento, deixa marcas nas famílias, afectando as várias gerações, e empobrece as comunidades. Impede que as mulheres realizem as suas potencialidades, limita o crescimento económico e compromete o desenvolvimento. No que se refere à violência contra as mulheres, não há sociedades civilizadas.”

*MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU, KOFI ANNAN, POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - 25 de Novembro de 2006*

O Dia Internacional pela erradicação de todas as formas de violência contra a mulher é comemorado, anualmente, em 25 de Novembro.

Esta data e o seu significado constituem um apelo e um desígnio, para, em todo o mundo, os povos, governantes, responsáveis políticos/as e as e os ativistas, refletirem e agirem contra o flagelo das diversas formas de violência contra a mulher.

A visibilidade e a invisibilidade das várias formas de violência passam pela nossa atitude enquanto cidadãos e cidadãs livres e interventivos/as numa sociedade democrática.

Em 2011, no País registaram-se 23 assassinatos de mulheres por conjugalidade ou relações de intimidade e 39 tentativas. As vítimas associadas, direta ou indiretamente, ascendem às 42.

Setúbal é o 4º Distrito com vítimas, em 2011.

A frieza e brutalidade dos números, impelem-nos ao trabalho conjunto que crie um ambiente em que a violência contra as mulheres não seja tolerada. A luta contra este flagelo exige que abandonemos uma maneira de pensar que é ainda demasiado comum e está demasiado enraizada e adoptemos outra atitude. Que demonstremos, de uma vez por todas que, no que toca à violência contra as mulheres, não há razões para ser tolerante nem justificações toleráveis.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinário em 15 de Dezembro de 2011, evoca este Dia, lembrando todas as mulheres que foram e são vítimas de violência doméstica, violência de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

género, assédio sexual, assédio moral, em Portugal e no Mundo e repudiam publicamente toda e qualquer forma de violência contra a mulher.”

**6.3.13** – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Francisca Parreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Voluntariado

(Ano Europeu e Dia Internacional do Voluntariado)

*“Quem quer fazer arranja maneira; quem não quer arranja desculpas”*

Dois mil e onze foi o Ano Europeu do Voluntariado e o passado dia 5 de Dezembro o Dia Internacional do Voluntariado.

Ao logo deste ano, muitas foram as iniciativas que desocultaram diferentes formas de Voluntariado, atribuindo visibilidade a organizações, homens e mulheres que, dando de si e do seu tempo, melhoram e transformam a vida de outros e outras.

O Voluntariado necessita de ser reconhecido para ser amado, necessita de ser apoiado para fazer mais e melhor, apoio público e privado, fazer parcerias com Fundações e Empresas, ser divulgado junto dos/das mais novos/as e ser reconhecido como valor não só social mas económico em todas as Comunidades.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 15 de Dezembro de 2011, saúda o Comissariado Nacional do Ano Europeu do Voluntariado e ainda todas as organizações, voluntários e voluntárias do Concelho de Almada, congratulando-se pela sua generosidade, altruísmo e consciência cívica.

Mais se congratula com o facto de a Santa Casa da Misericórdia de Almada ser a única organização do Distrito, finalista do *Prémio Portugal Voluntário*, da Fundação Manuel António da Mota.

O Voluntariado promove a Cidadania Ativa, Faz a Diferença!”

**6.3.14** – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**6.3.14.1** - Moção Reforma Administrativa de Almada

Tendo em conta a proposta do Governo para a reforma da administração local apresentada como «Documento Verde da Reforma da Administração Local», é de todo interesse que as matérias e propostas contidas no mesmo, sejam alvo de uma discussão séria e aprofundada permitindo o contributo dos partidos alicerçando e aprofundando os pilares da democracia e a intervenção plural numa reforma que se quer marcadamente positiva para as freguesias, para os municípios, para as pessoas.

O contributo do Poder Local para o desenvolvimento quer das populações quer do país tem sido, inequivocamente, o principal motor da resolução e proximidade dos problemas e das necessidades com que as pessoas são confrontadas diariamente. Um Poder Local democrático e devidamente participativo deve ser reforçado e organizado para que a sua nobre função seja servir as populações atempadamente com mais meios, mais recursos, mais democrático e muito mais moderno.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Posto isto, os partidos políticos, as câmaras municipais, as assembleias municipais e os grupos municipais devem ter um papel ativo e fortemente participativo indo ao encontro das reais conjunturas e especificidades de cada município e de cada realidade local,

Já diz o velho ditado: “Da discussão sai a luz”, e o município de Almada, não sendo exceção às propostas e reforma apresentada, deverá incidir a sua ação no diálogo sustentado e num espírito de abertura entre as forças vivas e partidárias onde deve estar a chave para que a concretização da modernização e relação eleito/eleitor seja mais consistente e mais dinâmica, independentemente de cada opinião ou posição adoptada por cada partido.

Sendo assim, e considerando a inevitabilidade de uma reforma há muito necessária que irá alterar profundamente a legislação da administração local e os direitos e deveres de participação cívica e política de todos, O Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Almada que, nos termos das alíneas b) e l) do art.º 16º e do art.º 94 do Regimento, delibere:

1. Criar a Comissão Eventual da Reforma Administrativa de Almada, com o objectivo de aprofundar e discutir as propostas do Livro Verde da Administração Local e apresentar uma proposta ao plenário, no sentido de ser remetida á Assembleia da República;
2. A Comissão deverá ser constituída por 3 membros do PS, 4 membros do PCP, 2 do PSD, 1 do CDS-PP e 1 do BE;
3. Cabe ao PCP nomear o Presidente e ao PS o Secretário da Comissão;
4. A Comissão Eventual terá como duração de mandato o prazo entre a sua aprovação e tomada de posse até ao termo do presente mandato.”

#### **6.3.14.2 - Moção/Deliberação Elevação do Fado a património imaterial da humanidade**

Considerando a importância do Fado, enquanto elemento característico e próprio da tradição, da cultura e da história de Portugal, cujas origens confirmadas estão identificadas, pelo menos, na primeira metade do século XIX, com o célebre fado do marinheiro, e que, com o passar dos anos, assistiu a uma onda de popularidade e expansão tais que se enraizou nos portugueses ilustrando um sentimento que é vivido da mesma forma que é pronunciado na língua portuguesa — saudade — e que em mais nenhuma língua obtém semelhante expressão, contribuindo significativamente para a promoção da nossa língua no exterior.

Tendo em atenção o crescimento e o valor que o Fado adquiriu no século passado, durante o qual, apesar de se tratar de um estilo tão tradicional em Lisboa, obteve tão grandiosa projeção que se tornou numa das principais bandeiras da cultura e dos valores portugueses pelo mundo e num dos cartões de visita do país junto do exterior — sendo tão nobremente representado por mui dignos e distintos nomes de profissionais (e até amadores) cujas ações tornaram indissociável a relação de identidade entre o Fado e Portugal.

Sublinhando a unanimidade no reconhecimento da importância que o Fado reveste quer entre as gerações mais avançadas quer entre os mais jovens, sendo, atualmente, um estilo musical com um lugar e mercado próprios ao nível nacional e mundial e merecendo, inclusivamente, a criação de um



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Museu próprio que reconhece a importância que reveste enquanto elemento que a mais popular das canções urbanas portuguesas e que promove um estilo musical Único do país e se assume como fonte de inspiração e de troca intercultural entre povos e comunidades.

E salientando a mais recente consagração do Fado enquanto elemento ímpar do universo tradicional e cultural portugueses, sendo elevado a 27 de Novembro de 2011, em Bali, à qualidade de Património Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Assembleia Municipal de Almada reunida em Dezembro de 2011 delibera:

Saudar e enaltecer publicamente a recente elevação do Fado à qualidade de Património Imaterial da Humanidade.”

**6.3.15** – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estando no período de apreciação dos textos apresentados, penso que dado o conteúdo, a riqueza dos textos mal seria se passássemos diretamente à votação sem que os partidos se pronunciassem sobre as propostas apresentadas, e dessem as achegas que consideram mais convenientes.

E portanto eu passaria a pronunciar-me sobre os textos apresentados de forma sucinta, geralmente sucinta, denotando-me na que justificam uma apreciação mais detalhada. Portanto, a primeira Moção sobre a Arrábida, nós estamos de acordo com o tema e subscrevemos também o modo como ele é apresentado e votaremos a favor da proposta.

Quanto ao segundo documento que diz respeito às decisões tomadas pelo encontro de autarcas do Distrito de Setúbal e o modo como este assunto deve ser perseguido no futuro, gostaríamos de referir o seguinte: nesta matéria é importante que os órgãos municipais formalmente se pronunciem. E a análise e uma tomada de posição no órgão adequado que é a Assembleia Municipal, penso que faz todo o sentido e mais do que fazer sentido é absolutamente imprescindível. E esta tomada de posição no local próprio, no órgão próprio, não deve ser substituído por uma discussão ainda que alargada mas com características diferentes. Eu penso que uma tomada de posição num órgão adequado, uma discussão na Assembleia Municipal não é incompatível com o lançamento de um processo de discussão e participação mais alargada em que os cidadãos possam participar individualmente e através das organizações em que desenvolvem a sua atividade cívica. E portanto gostava de assinalar a nossa disposição de votar este documento, mas assinalando essa que não é uma divergência de fundo, mas é uma divergência tónica, esta matéria não esgota a tomada de posição no local adequado que é a Assembleia Municipal.

O texto seguinte do PSD sobre reformar para melhorar e desenvolver o Poder Local, penso que tendo um aspeto positivo que é propor uma tomada de posição na Assembleia Municipal, acaba por pôr um bocadinho a carroça à frente dos bois, ao subscrever um conjunto de princípios que devem ser o ponto de chegada e não o ponto de partida.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Portanto gostaria de dizer que votaremos a favor da proposta considerando os seus aspetos deliberativos. Mas não subscrevemos os considerandos e a posição subjacente visto que é matéria sobre a qual ainda temos muito que discutir.

O texto seguinte sobre o Orçamento de Estado merece algumas considerações. Eu penso que por um lado é público, é notório que o PS entende que o Orçamento de Estado para 2012, não é um Orçamento que responde às necessidades de desenvolvimento da economia do País, nem responde às necessidades e às dificuldades com que o País se confronta. É óbvio que o equilíbrio das contas públicas, o controlo da dívida e do deficit são imperativos nacionais e não podemos deixar de os perseguir, e o PS como Partido responsável pronuncia-se sobre estas matérias de forma obviamente responsável, mas o PS sempre frisou o seu desacordo relativamente ao Orçamento. Isto não quer dizer que esteja disponível para subscrever os termos que são insultuosos não só para o Governo mas também para o PS, termos esses que tornam completamente impossível uma concordância com este texto. E portanto, vamos nos abster relativamente a ele.

Sobre as Moções do Fado, portanto pronuncio-me já sobre as duas da CDU e a do CDS, portanto, associamo-nos à homenagem que é prestada, assim como nos associamos à homenagem que é prestada ao Alves Redol e Manuel da Fonseca, dois grandes expoentes da Cultura e da literatura portuguesa. Sobre a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre a saúde, eu penso que é uma Moção equilibrada que refere de forma clara aspectos que são muito importantes e que são grandes preocupações da população neste momento, de facto a questão das taxas moderadoras e a evolução que é perspectivada das taxas moderadoras na perspectiva do PS põe em causa ou pelo menos fere gravemente o princípio da gratuitidade que está consignada na constituição e portanto uma tomada de posição que repudia esta orientação e uma tomada de posição que valoriza o sistema de saúde público que deve existir paralelamente ao sistema privado mas não pode, nós não podemos concordar, não podemos aceitar que seja asfixiado o sistema público pelo sistema privado. E portanto pensamos que as referências que foram feitas à necessidade de garantir que o sistema de saúde público, seja um sistema de saúde para todos e não para os desfavorecidos apenas, e que ao ser um serviço de saúde para todos também mantém as garantias de qualidade que têm sido o seu apanágio e que devem ser mantidas e defendidas. Sobre a saudação à Greve Geral, portanto nós associamo-nos à Saudação, penso que foi uma manifestação importante de repúdio com os aspetos mais negativos que têm caracterizado a intervenção social e económica do Governo, e portanto votamos a favor da Moção. Quanto à Saudação sobre os Trinta e Cinco Anos do Poder Local Democrático, obviamente que entendemos que é importante frisar, sublinhar e defender o Poder Local Democrático como conquista imprescindível do 25 de Abril obviamente que não nos associamos a uma perspectiva imobilista e cristalizada de quem acha que o que existe agora é perfeito e deve ser mantido para sempre. Nós mantemos uma perspectiva mais aberta e possibilitando evoluções no sentido de resolver e melhorar as soluções que até agora foram encontradas, de qualquer modo consideramos os aspectos essenciais vamos votar a favor da Moção apresentada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Quanto à segunda Moção apresentada pelo CDS-PP, no que diz respeito ao acompanhamento da reforma administrativa, a nossa perspetiva é a seguinte: é óbvio que se justifica fazer um acompanhamento, é óbvio que se justifica fazer um acompanhamento adequado e próximo de todos estes aspectos que têm a ver com a Reforma Administrativa do Poder Local. No entanto se é adequado ou não constituir uma Comissão Eventual é matéria que deve ser ainda aprofundado, eu penso que havendo, estando proposta a realização de uma Assembleia Extraordinária, nesse momento e nesse contexto pode e deve ser discutido se deve ou não haver uma Comissão Eventual. De qualquer modo nós não temos sobre esta matéria uma posição definitiva e portanto vamos nos abster sobre o documento. Quanto às três propostas de textos apresentados pelo PS obviamente estamos de acordo. Votaremos a favor da Moção apresentada sobre o Polis da Costa da Caparica, visto que é matéria que nos preocupa e que pensamos que é muito importante continuarmos de forma consensual a defender o que é importante para o nosso Concelho.”

**6.3.16** – O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou fazer também da parte do Grupo Municipal do PSD um comentário aos diversos documentos aqui apresentados de uma forma sucinta e rápida.

Votaremos, daremos todo o nosso apoio ao primeiro documento sobre o apoio à candidatura da Arrábida a património mundial, é um documento oportuno e que merece todo o nosso apoio.

Relativamente ao segundo documento sobre a adesão à resolução, a Moção/Deliberação sobre apoio ao Encontro de Autarcas do Distrito de Setúbal, pelas incidências que este mesmo Encontro se revestiu e que foram suficientemente preparadas e enunciadas na Comunicação Social, obviamente que qualquer Partido democrático não se revê nessas posições, e nós votaremos contra este documento.

Votaremos também contra o documento sobre o Orçamento de Estado pela, sobretudo pelo nosso entender a uma situação real que o País atravessa e se optar por slogans de alguma demagogia que vão fazendo eco e vão fazendo alguma aceitação inexplicavelmente até nalguns sectores que nós não imaginaríamos, mas não nos revemos nesta posição, entendemos que este é um orçamento necessário e é um orçamento que nos reconduzirá à aceitação e à credibilização do País nas instâncias internacionais e portanto pese embora todos os sacrifícios que nele estão inscritos e que o povo português vai ter que assumir, apoiamos esse orçamento e portanto não votaremos este documento.

Relativamente ao Fado Património Mundial, nós apoiamos obviamente e apoiamos de uma forma entusiástica, eu tenho a sorte ou o azar de já ser jovem adulto aquando do 25 de Abril, eu sei perfeitamente o que é que certos Partidos de esquerda falavam sobre o Fado e certos Partidos de Esquerda inclusivamente encostavam a imagem do Fado e o seu significado a uma ideologia que tinha sido na altura derrubada e que portanto, quer os cidadãos que viveram essa época, quer sobretudo os artistas que sofreram na pele com essas considerações poderão sentir-se de certa maneira ofendidos com esta Moção, vindo de quem vem, de qualquer forma nós apoiamos como sempre apoiamos o Fado como uma instituição nacional.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Estamos perfeitamente de acordo quer com a Saudação ao Alves Redol e Manuel da Fonseca.

Sobre o documento do PS, o Dia Internacional de Pessoas com Deficiência também votaremos a favor. Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sobre a Saúde, eu penso que obviamente nós não nos revemos nesta Moção, sobretudo porque creio que faltam aqui alguns dados que seriam importantes estarem aqui independentemente de algumas considerações finais que nós poderemos aceitar. Mas, relativamente às taxas moderadoras, não está aqui referido, que vai haver mais utentes isentos já que passam de 4,6 milhões para 5,6 milhões de pessoas isentas das taxas moderadoras, o que revela uma preocupação social de quem tem menos possibilidades e de quem tem menos possibilidades de socorrer-se ao acesso à saúde. Mesmo colocando quem pode pagar mais, vai pagar mais, houve uma consciência social de se criar um teto máximo de despesa de cinquenta euros, mesmo depois na fase de exames e de internamento. Não cremos que nas CUF, Descobertas e noutras instâncias de seguros privados isso vai acontecer. Portanto, neste caso quem pode pagar mais vai de facto pagar mais, mas há uma isenção muito maior para as pessoas com menos possibilidades. Essa é a razão que nós não podemos votar esta Moção.

Relativamente à Moção sobre o Polis votaremos a favor obviamente, e não temos considerações a fazer sobre isto.

Sobre a Greve Geral, temos alguma dificuldade em comentar este documento porque de facto a greve é um direito institucionalmente previsto, os sindicatos e as organizações dos trabalhadores têm todo o direito de convocar as greves quando entendem que devem ser convocadas, o pior é que quando se convoca uma greve geral e ela depois se revela que não é geral, não podemos fazer eco do triunfalismo sobre esse mesmo efeito de greve geral. E portanto nós votamos contra esta Moção.

Sobre os Trinta e Cinco anos do Poder Local Democrático, concordamos inteiramente com as conclusões, com a Saudação e com o reafirmar o empenhamento na defesa do Poder Local, mas como não estamos de acordo sobretudo com um parágrafo das considerações, a nossa posição será de abstenção.

Votaremos também favoravelmente a Moção do Partido Socialista sobre a violência sobre as mulheres, não fossemos nós um defensor intransigente dos direitos das mulheres.

Votaremos também favoravelmente a Moção sobre o Voluntariado e as propostas do CDS votaremos também as duas em sentido afirmativo.”

#### **6.3.17 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Umhas breves notas sobre alguns dos textos que nos foram apresentados. Em primeiro lugar há uma proposta que nos foi trazida pela CDU relativamente a dois escritores portugueses, que de repente me fez lembrar o que aconteceu aqui nesta Assembleia, também num mês de Dezembro, quando a CDU impediu que fosse aprovado uma homenagem a Adelino Amaro da Costa. E portanto, homenagens com uma marca ideológica, homenagens com o filtro do Partido Comunista, não estamos dispostos a partilhar.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Relativamente à Moção do Polis, já aqui dissemos muitas vezes não vale a pena alargarmo-nos muito, este Programa Polis foi um esbanjamento de dinheiro público, os resultados estão à vista, uma desolação para tanto dinheiro gasto, e estranha-se que se continue a insistir naquilo que foi um nado morto. E que já há muito que devia ter acabado para bem dos contribuintes deste País que têm que pagar estes desmandos todos. E é bom que se diga afinal com os resultados que estão à vista, não estão acautelados os interesses da população, não estão acautelados os interesses urbanísticos, não estão acautelados os interesses ambientais, afinal que interesses é que estão acautelado com este Polis e que interesses é que se quer continuar a acautelar?

Depois relativamente ao texto sobre a greve geral, só uma observação porque na Moção mostra-nos que esta greve foi contra muitas coisas, mas falta referir uma coisa contra que ela foi. É porque esta foi uma greve contra aqueles que queriam trabalhar, e que foram impedidos de o fazer, às vezes foram impedidos à força de o fazer. E foi uma greve contra aqueles que com o seu trabalho querem contribuir para o desenvolvimento do País.

Relativamente à Moção dos Trinta e Cinco Anos sobre o Poder Local é muito difícil olhar para estes trinta e cinco anos de Poder Local e ter uma perspetiva só benigna. Quer dizer, como se nestes trinta e cinco anos não tivessem ocorridos muitos erros e que não podem estar incluídos neste louvor tão genérico. Porque eu olho para o meu País, olho para aquilo que foi feito no litoral de Norte a Sul, olho para os monstros de betão que foram construídos em reserva ecológica e em reserva agrícola, olho para as torres construídas em cima de falésias, olho para a paisagem que foi arrasada de toda a maneira, olho para tantas clientelas partidárias em máquinas autárquicas, olho para as rotundas sem fim, para os foguetórios, para a propaganda, para os sacos azuis ou encarnados, e não, estes trinta e cinco anos de Poder Local tiveram também muitos erros e não podemos ignorá-los.

Por fim, saudar o texto que o Partido Socialista apresentou sobre o voluntariado, porque ele enaltece a nobreza de tantas pessoas que se entregam aos outros, em serviço generoso, em serviço gratuito e que mostram que por ventura no País o melhor apoio social é aquele que é dado pela alma das pessoas boas.”

**6.3.18** – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também sobre a posição da CDU sobre as Moções em análise. Em primeiro lugar e começava já por esta, portanto a CDU votará favoravelmente sem sentir necessidade sequer de o justificar as Moções do Bloco de Esquerda sobre a saúde, do Partido Socialista sobre a eliminação da violência contra as mulheres e a do CDS sobre o Fado a Património da Humanidade.

Conviria apenas porque aqui houve uma intervenção, dizer que o Fado existe em Portugal desde o século IX, é de expressão genuinamente portuguesa, já foi das prostitutas, já foi de todo o povo já foi dos boémios, já foi dos bêbados, já foi dos aristocratas, já foi dos falsos aristocratas, já foi dos fascistas, já foi dos revolucionários, e hoje é de todo o povo.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Ary dos Santos, Carlos do Carmo ou Adriano Correia de Oliveira, não podem em pleno fascismo confirmar de modo algum nenhuma aversão ao Fado. O que nós sempre condenámos foi a manipulação que o fascismo quis fazer do próprio Fado, transformando-o numa canção nacional fascista, isso sempre nós combatemos. Nunca confundimos o Fado enquanto expressão popular que sempre respeitámos. E é importante clarificar estas coisas para que não haja confusões. E veja-se lá até foi esta coincidência de ser a única coisa que eu me lembro que até agora conseguimos entendermo-nos e encontrarmo-nos com o CDS que aqui apresentou uma proposta também em defesa do Fado. Parece ser esse o nosso destino, mas quanto a todos os outros aspectos não temos do Fado a noção de que o destino está traçado ele tem que ser construído todos os dias, e portanto vamos às propostas que nos ocupam aqui hoje.

Em primeiro lugar a proposta de voluntariado do Partido Socialista, vamos votá-la favoravelmente mas com esta, até não só, já tencionávamos fazê-lo, mas quando o Sr. Deputado Fernando Pena diz que esta é a melhor forma de intervir, nós entendemos que pobre é o País em que o voluntariado é a melhor forma de assegurar as necessidades sociais de todos os Cidadãos nomeadamente os menos favorecidos. Portanto nós sabemos distinguir aquela caridade que dá migalhas para guardar o bolo para si, da verdadeira solidariedade. Sabemos distinguir que a caridade ou a solidariedade que pretende ou a interpretação do voluntariado, que pretende fazer substituir aquilo que deve ser e sempre o papel do Estado em assegurar as questões sociais fundamentais. Mas reconhecemos completamente a importância do empenhamento de todos os cidadãos em todas as ações de ajuda mútua entre si e do voluntariado e da cidadania ativa que é o que está nesta Moção, e por isso assim a interpretamos e assim a votamos favoravelmente neste sentido e não noutros.

Relativamente à Moção do Partido Socialista do Dia Internacional das pessoas com deficiência, gostaríamos de colocar algumas questões à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Salvado que a apresentou, porque nós achamos que é muito importante que exista no Concelho de Almada este serviço e queremos votar favoravelmente a implantação deste serviço no Concelho de Almada, que não haja dúvidas quanto a isso. Mas Sr.<sup>a</sup> Deputada, é dito na parte final da Moção, na parte deliberativa que este serviço é a custo zero para a autarquia, nós estivemos a ler atentamente e exaustivamente o guia organizativo deste serviço, e isto é uma descentralização à portuguesa. Ou seja, a nível central estão definidos objectivos, está definida a forma de recrutamento, o perfil, a formação do pessoal, todas as condições de funcionamento desde os horários às instalações, o desenvolvimento de parcerias, todos os procedimentos e inclusivamente a avaliação. E há as autarquias que são os interlocutores aqui propostos como essenciais para receber portanto estes serviços, é exagerado que paguem, não é a custo zero, o que está no guia é os custos de funcionamento que serão da responsabilidade da entidade tomadora do serviço, a autarquia, isto está aqui. Portanto este assunto tem de ser transparente, nós não estamos a inviabilizar a possibilidade de criação de um serviço, nós queremos encontrar um ponto de encontro para viabilizarmos em conjunto isto, mas convém esclarecer isto, convém também esclarecer que na história do Concelho de Almada estas articulações entre os serviços



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

centrais e os serviços locais muitas vezes não têm corrido bem, porque da parte do Poder Central muitas vezes não têm assumido as responsabilidades que inicialmente estavam previstas. Cartão do Cidadão, eu estou a chamar a atenção para questões acerca das quais nós temos de ter em conta ao pensarmos neste assunto. Por outro lado existe neste Concelho uma prática de intervenção das entidades que estão mais diretamente ligadas aos problemas participando elas próprias na construção e na decisão de todos estes aspectos, e temos no Concelho de Almada um grupo concelhio para deficiência que deve ser chamado a este processo permanentemente. Portanto, nós passando por alto sobre um conjunto de alguns aspectos dos considerandos, não vale a pena perdermo-nos aí, propomos ao Partido Socialista que esteja de acordo que o segundo ponto seja, que ao nível municipal seja considerada a possibilidade no atual contexto de instalar no Concelho de Almada um serviço de informação e mediação para pessoas com deficiência. E isto permite que este serviço seja implementado no respeito por todos os contextos que têm de ser considerados aqui e não estarmos agora a tirar para ali, para a Loja do Múncipe este serviço ou de esta forma tão rígida. E esperamos que isto é perfeitamente sensato, que nisto nos podemos entender e a nossa intenção é de facto porque consideramos sem qualquer sombra de dúvida que este serviço é fundamental no Concelho e é importante para a resolução dos problemas da deficiência, ou das pessoas com deficiência.

Relativamente às duas Moções apresentadas pelo PSD e pelo CDS sobre o Reformar Melhor e Desenvolver o Poder Local, aqui gostaríamos de dizer algumas coisas. Em primeiro lugar nós estamos a falar de matéria que é de estrita responsabilidade da Assembleia da República que terá que ser o Órgão de Soberania que no final decidirá sobre tudo isto. Entretanto, para nós é impensável que todos os órgãos deste Concelho não se envolvam num debate desta questão e na tomada de posições sobre isto. Agora, convirá ver qual é o teor e no concreto o que é que propõem as propostas do PSD e do CDS. Em primeiro lugar quando o PSD fala de uma maior racionalização de gestão territorial, em abstrato ninguém pode estar contra isto, agora uma melhoria dos serviços públicos, quando nós o que verificamos é que este livro negro a que alguém com um sentido perverso de humor chamou verde, o que faz é asfixiar financeiramente as autarquias é reduzir-lhes a autonomia e tal como no Orçamento de Estado e toda a prática que temos diante dos nossos olhos substituir o público pelo privado, portanto isto é falso. Portanto, onde eu quero chegar no essencial e vou fundamentar também a seguir, é que não contem com a CDU para sermos os coveiros do Poder Local Democrático. Isso não. Nós temos aqui uma proposta, e o CDS e o que o PSD propõem é o negativo da nossa proposta, nós vamos muito mais além na participação da população e na intervenção dos órgãos autárquicos nesta matéria. O que nós estamos a propor é que haja uma consulta às populações, não temos esta visão elitista do PSD de dizer, promover um real esclarecimento das populações para que isto seja apenas um ato formal de submissão, porque em tudo isto o que não há é autonomia nenhuma, o que há aqui é a defesa da submissão, a submissão do País ao estrangeiro, a submissão do Poder Local ao centralismo e retirar todos os meios que nós temos para intervir. Portanto, uma vez que o tempo falta eu diria apenas, reafirmava apenas, limitar-me-ei a dizer que o ponto quatro da nossa proposta prevê uma participação



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ampla e obviamente que, certamente o grupo de representantes terá de acompanhar este processo e o que se decidir, e esperamos que todos os órgãos do poder autárquico neste Concelho participem ativamente na defesa do Poder Local Democrático.”

#### **6.3.19 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria deixar duas palavras a propósito desta Moção apresentada pelo Partido Socialista sobre o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. De alguma maneira o Deputado Sérgio Taipas já deu nota dos principais aspetos que eu gostaria de sublinhar, no entanto queria deixar aqui uma palavra de que do lado da Câmara nós temos vindo a abordar esta questão do serviço de informação e mediação para as pessoas com deficiência, a nossa Deputada Ana Salvado sabe disso porque chegou a ter alguns contactos diretos relativamente a este processo, penso que é a mesma pessoa Subdiretora do Instituto Nacional para Reabilitação, mas isso não é importante o que é importante é que de facto temos vindo a abordar esta questão, é importante que ao nível também do Grupo Concelhio para a deficiência esta matéria seja tratada, porque de facto são parceiros fundamentais , nós temos a CERCISA, a APPACDM, a Associação Almadense Rumo ao Futuro, Associação de Surdos do Concelho de Almada, a Associação Portuguesa para a Deficiência, a Confederação Nacional dos Organismos para a Deficiência, a Associação de Paralisia Cerebral de Almada e Seixal. Portanto, temos aqui um conjunto de instituições locais que também com a própria Câmara e outras entidades fazem parte do Grupo Concelhio para a Deficiência. E nós temos presente que de facto há um conjunto de aspetos que têm que ser acautelados, isso está perfeitamente identificado, a questão quando colocam a Loja do Município, nós não temos este assunto arrumado, porque de facto temos e temos que ver com os parceiros se é isto, se não é isto, como é que deve ser, mas temos por exemplo um protocolo aprovado na Câmara com o Instituto de Registos e Notariado, temos um protocolo aprovado para que se fosse celebrado com este Instituto e tinha a ver com o Cartão de Cidadão. Isto já dura há três anos e temos que ter este processo resolvido, arrumado porque de facto houve esse compromisso de na Loja do Município poder haver este serviço a partir do Protocolo que nos foi proposto, que foi aprovado e que depois não foi celebrado e se continua a aguardar que haja uma conclusão sobre este assunto. De qualquer modo importa também perceber se no conjunto dos parceiros se entende que a localização esta ou outra é mais adequada. Queria de facto reforçar a ideia de que sendo um serviço importante para as pessoas portadoras de deficiência, é com certeza tudo o que se fizer é sem dúvida importante porque há muitas necessidades e muitos problemas, muitas informações, muitos esclarecimentos, muitos encaminhamentos que é preciso dar, mas não há dúvida nenhuma de facto e não é aqui que vai com certeza residir qualquer dificuldade em concretizar, mas é verdade que também nesta matéria as Autarquias estão confrontadas com mais uma vez assumirem a responsabilidades sem os recursos adequados a essas novas responsabilidades. Tudo custa dinheiro, sabemos que é assim, sabemos que o Conselho Local de Ação Social custa dinheiro e é a Câmara que paga, sabemos que o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos custa dinheiro e são as Câmaras, não é só a nossa, são as



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Câmaras que pagam, a Proteção Civil custa dinheiro e são as Câmaras que pagam e etc., etc.. Portanto, tem havido ao longo dos anos um conjunto de decisões com certeza louváveis, no sentido de servir os cidadãos e de responder a problemas dos cidadãos, mas sem que as Autarquias Locais tivessem sido de facto apoiadas em termos dos encargos para poderem aguentar mais e mais responsabilidades e obviamente recursos para as assumir. Portanto, não é isso que neste caso concreto irá impedir, a não ser que de todo se conclua que não há condições da parte da entidade que propõe este tipo de cooperação com o Município, agora o que me parece é que é preciso concluir este processo e concluir nesse sentido, portanto ao nível municipal a análise e a possibilidade no atual contexto de instalar no Concelho de Almada um serviço de informação e mediação para pessoas com deficiência. A nota é isso, temos que continuar a trabalhar e ver de facto em que condições e em que sítio é que este serviço deve ser instalado e deve funcionar.”

**6.3.20** – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre o Deputado Municipal Almeida Lima, sobre a questão da Moção que aqui apresentamos sobre o Serviço Nacional de Saúde, a nós também não contávamos sinceramente que o PSD em Almada fosse votar a favor da nossa Moção, nós compreendemos que isso não seria possível. Mas é possível debater e afirmar pontos de vista diferentes nesta matéria. Porque o que nós somos essencialmente é pela Universalidade do Serviço Nacional de Saúde. E em momento algum dizemos na Moção que o Governo tem a intenção de rebaixar as pessoas, falamos as consequências desta política vão ser essas. Porque as pessoas que podem devem pagar, as pessoas que podem, podem porque têm ordenados superiores, já fazem descontos, já têm impostos superiores.

Portanto, os impostos que as pessoas pagam é suficiente para que as pessoas tenham direito a um Serviço Nacional de Saúde universal. Ou seja, as pessoas nascem iguais, da mesma maneira, morrem iguais da mesma maneira e quando estão doentes ao nível do Serviço Nacional de Saúde deviam ser todos iguais, porque senão qualquer dia temos uma fila para pessoas que não pagam taxa moderadora e uma fila para pessoas que vão pagar taxa moderadora. Não faz sentido, e nós vamos estar aqui para o ano, vamos estar daqui a dois anos e vamos fazer o balanço desta política. Esta política é uma política que vai conduzir as pessoas que podem, a organizarem-se, a fazerem os seus seguros de saúde. Aqueles que até aqui não os tinham feito, porque ainda não tinham motivo para isso, agora vão fazer, e se vão fazer, vão se desviar dos hospitais públicos e ao desviarem-se dos hospitais públicos com as dificuldades que existem neste momento, com os próprios clínicos com uns a dizer que há mil a mais, com outros a dizer que há mil a menos que ninguém se entende nesta matéria. O Serviço Nacional de Saúde vai ficar empobrecido e vai perder a capacidade de resposta, e nós vamos ter um problema sério com a saúde dos portugueses, aqueles que mais necessitam, porque os outros organizam-se e têm todo o direito de se organizar, ninguém diz o contrário. Perante o Serviço Nacional de Saúde não devia de haver e nós continuamos a lutar para que não haja pobres e ricos. Achamos que temos que continuar a pugnar pela universalidade do Serviço Nacional de Saúde, baseado pois no



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

critério dos IRS's que já vai desde os dez por cento aos quarenta e seis vírgula cinco por cento. As pessoas já pagam os seus impostos de forma faseada e acabou, e devia de ser assim para outras coisas não só para a saúde. Mas, agora estamos a falar da saúde.

Acerca da questão da discussão do chamado documento verde, como a batizaram de verde associa-se ao verde, à esperança, e eu vejo pouca esperança nesta matéria, mas nós estamos de acordo com tudo o que seja debate e aprofundamento desta matéria e por isso não vamos utilizar o argumento que discordemos da parte introdutória da Moção do PSD, achamos até que o CDS aqui é mais feliz na parte introdutória na Moção que apresenta, nós não vamos inviabilizar e vamos votar a favor. Mas, o debate sobre a Reforma Administrativa Local envolve um problema político da maior importância. Numa apreciação global às propostas do designado documento verde, a Comissão Nacional Autárquica do Bloco de Esquerda foi unânime em considerar que estamos perante o maior ataque de sempre à democracia local nascida no 25 de Abril. O acordo da Troika não passa de um pretexto para aplicação de projetos antigos de alteração das leis autárquicas, reforçando o bipartidarismo, a centralização do poder e a limitação drástica da autonomia do Poder Local consagrada na Constituição. Isto são temas que nós podemos aprofundar nos debates que certamente a Assembleia Municipal de Almada irá organizar. Hoje, estes projetos procuram manipular os sentimentos populares face à crise. É pois necessário debater e argumentar, não temos receio do debate político, precisamos de defender e aprofundar a democracia local em iniciativas que envolvam preferencialmente a população. E assim, deste modo, não é por estarmos em vésperas de Natal pela primeira vez o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente todas as Moções que aqui foram apresentadas.”

**6.3.21** – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Rapidamente só para falar em relação a esta questão da Reforma do Poder Local. Felicitar o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda pela posição que tomou, apesar de termos uma posição diferente e pontos de vista diferentes, vejo que tem vontade de discutir e de debater este assunto, e é mesmo isso que nós queremos, ao contrário pelos vistos da CDU que não quer debater na Assembleia Municipal e não quer que haja aqui qualquer tipo de debate. Obviamente que falar que a população vai debater e tudo e depois os órgãos municipais que são responsáveis por representar essa população e que são eleitos pela população não discutem, cria-me uma certa confusão. Até porque a intervenção do Sr. Deputado, e eu espero que o Sr. Deputado me esclareça entre várias coisas que disse que não são verdade, como tal substituir o público pelo privado, que é este velho fantasma da esquerda e do PCP e da CDU, porque isto é mentira, não é verdade, não está lá nesse documento isto, substituir o público pelo privado. Queremos melhores serviços públicos? Pois queremos. E é possível melhores serviços públicos. A posição da CDU é que tudo está bem e nada se muda. Falar aqui num documento que foi aprovado numa reunião muito curiosa de autarcas do Distrito de Setúbal, reunião essa lamentável porque é inacreditável que haja deputados com responsabilidades eleitos que vão apelar à revolução, mas há revolução militar a ir prender as pessoas e fazer um novo 25 de Abril e o PREC é que devia sair



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

à rua, eu assisti a isto, e ninguém aqui pode desmentir porque está gravado. Se gravaram a reunião está lá gravado, todos nós assistimos quem lá esteve, e quem não esteve é porque está a mentir, porque eu estive lá e sei o que é que ouvi. No entanto, e eu até digo a pessoa que o disse, se quiseram, mas eu não vou entrar por aí. Agora não digam que é mentira porque é verdade. Queremos discutir o assunto e queremos envolver os cidadãos todos, queremos ouvir as pessoas, queremos saber se as pessoas concordam ou não concordam. E por um motivo muito simples. Eu ainda no outro dia fui abordado na rua por uma pessoa que até é de esquerda, e até é do Partido Comunista e que me dizia assim, mas é verdade, é que o problema é que as pessoas falam, vocês têm uma ideia e vocês têm a vossa orientação e a vossa posição é aquela e está fechada. No entanto, os vossos militantes também e os vossos simpatizantes falam sobre as coisas e conversam com as pessoas, e até propõem coisas interessantes, é um bocado na clandestinidade é verdade, mas propõem, e houve um militante vosso que me dizia assim: "olhe Miguel até acho interessante esta ideia, não concordo, mas por exemplo o Governo propôs Cacilhas, Almada, Pragal e Cova da Piedade, é pá não concordo, se calhar concordava mais com Cacilhas e Cova da Piedade" eu olhei para ele e pensei assim, olhe nunca me tinha lembrado disto, está aqui uma pessoa que até dá uma opinião, pode ser válida ou não, e é isto que nós queremos fazer, este é apenas um exemplo. Queremos falar, queremos discutir. Se a CDU entender que a Assembleia Municipal se deve pronunciar e fazer uma Assembleia Extraordinária vota favoravelmente, se não entender vota contra."

#### **6.3.22 – A Sr.ª Deputada Municipal Ana Salvado:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para dar duas notas relativamente àquilo que foi proposto pelo Deputado Sérgio Taipas sobre a alteração à proposta do PS, nós estamos de acordo com essa alteração, e para dizer que relativamente às palavras da Sr.ª Presidente, sobre a minha intervenção no passado e minha situação no passado, como deve calcular não teria sido correto nesse passado que não é o presente estar a fazer qualquer tipo de recomendação deste teor. Nunca estive implicada nessa questão relativamente a Almada, e agora que estou livre dessas funções, o que nos interessa sobretudo é concretizar e concretizar ideias e praticar não apenas formas interessantes sobre o que é que poderá ser Almada relativamente às pessoas com deficiência mas dar algumas sugestões para que de facto Almada tenha mais qualidade na prestação desses serviços. E uma coisa é verdade todas as vezes que aqui vimos falar destes temas a Sr.ª Presidente tem a necessidade de nos dizer o que é que Almada tem relativamente à deficiência, mas o que Almada tem relativamente à deficiência não chega. Um Grupo Concelhio, é um Grupo Consultivo, a Sr.ª Presidente sabe muito bem em que alturas é que utiliza esse Grupo Concelhio. Esse Grupo Concelhio não está junto das famílias para auxiliar as famílias quando elas precisam de informação, informação essa que como sabe no que diz respeito a deficiência vai desde habitação até aos transportes, educação, emprego, saúde, por aí fora. E portanto não há serviços sensíveis, serviços centrais, distritais, locais que cheguem, sensíveis para conseguir explicar a uma pessoa, a uma família que tenha um cidadão com deficiência no seu seio o que é que pode fazer nesta, naquela e naquela





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

situação. Dai ter um serviço onde se concentre uma série de informação como é este que aqui propomos, é de facto uma proposta bastante aceitável. Ser ou não ser na loja do Município cabe aos Srs. decidirem esse tipo de situações. Aliás, até é uma sugestão um pouco bastante diria, simpática da nossa parte, já que a Loja do Município poderia ser muito mais do que aquilo que é. E portanto, como na proposta diz-se que é apenas um exemplo, certamente terão técnicos, certamente terão um balcão onde prestam serviços às pessoas, onde prestam informação. Portanto, ter uma pessoa disponível para receber formação, para receber todo o material importado de um serviço central parece-me entre muitas outras coisas que são de facto transferidas, mas não são transferidos problemas, são transferidas soluções para enriquecer aquilo que é um serviço local. Congratulo-me pela adesão e pela manifesta preocupação da CDU e também da Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara para com estas questões, porque o que de facto interessa é que estas matérias sejam aqui discutidas cada vez mais.”

#### **6.3.23 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Se me permitem é muito breve, mas apenas dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada que o Grupo Concelhio é constituído por instituições e cada uma das instituições vale por si, e cada uma das instituições como sabe tem um trabalho junto da comunidade, portanto informação às famílias encaminhamentos, articulações promovidas pelas associações e instituições locais. Muito bem. É apenas para clarificar que o Grupo Concelhio para a deficiência funciona para além dos momentos em que está reunido, porque faz trabalho conjunto e cada uma das instituições tem um papel muito importante junto das famílias e junto das pessoas com deficiência. E portanto, eu não uso o Grupo Concelhio, o Grupo Concelhio é uma agregação de instituições fundamental para a intervenção local. O que eu penso é que nós no País em Almada e no País obviamente precisamos todos de trabalhar ainda muito mais a problemática da deficiência, precisamos em todo o nosso País, em Almada e em todo o nosso País, nós temos esta realidade, ela é muito importante, estas respostas locais são muito importantes, obviamente que como a nível geral estão longe de poder ser suficientes e é preciso continuar a trabalhar e utilizar tudo aquilo que for sendo construído e que seja útil às pessoas portadoras de deficiência, à família e à sociedade e é nessa perspectiva que nos colocamos.”

#### **6.3.24 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A questão é esta, nós preferimos a verdade e a realidade ao delírio, e queríamos apenas dizer o seguinte, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a ANAFRE do modo que foi e os autarcas de Setúbal, não se confundem com a caricatura grosseira e a mentira que aqui ouvimos sobre a posição dos autarcas portugueses, acerca destes problemas gravíssimos em que estamos. É impensável dissemos nós e repetimos que os órgãos do Poder Local Democrático não se empenhem até aos ossos nisto porque é da sua sobrevivência também que estão a tratar e dos interesses de toda a população. A nossa proposta é a mais ampla de todas, envolve a população como tem de envolver, remete para o acompanhamento pelos órgãos do Poder Local deste Concelho de todos os passos do



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

problema e exige que sejam tomados neste Concelho posições sobre esta matéria. Não é o CDS que anda a brincar com isto. O CDS propõe uma Comissão cujo prazo vai até muitos meses depois do prazo que o Governo deu para discutirmos isto.”

**6.4** - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.

**6.4.1** - A Moção/Deliberação Arrábida a Património Mundial Misto da UNESCO, apresentada pela Senhora Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por unanimidade.

**6.4.2** - A Moção/Deliberação Defesa e Valorização do Poder Local - Audição Popular, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraudes foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

**6.4.3** - A Moção sobre Reforma do Poder Local, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP).

**6.4.4** - A Moção/Deliberação sobre O Orçamento de Estado 2012, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS – Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria e do BE), oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e nove abstenções (de eleitos do PS).

**6.4.5** - A Moção/Saudação sobre Fado Património Cultural Imaterial da Humanidade, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por unanimidade.

**6.4.6** - A Moção/Saudação a Alves Redol e Manuel da Fonseca no centenário dos seus nascimentos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD e do BE, dois votos contra de eleitos do CDS-PP) e duas abstenções (de eleitos do PSD - Deputado Municipal Miguel Salvado e a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.4.7** - A Moção/Deliberação sobre Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Salvado, foi aprovada por unanimidade.

**6.4.7.1** – Sendo o seguinte o texto da Moção/Deliberação com as alterações introduzidas:

Celebrou-se no dia 3 de Dezembro o Dia Internacional das pessoas com deficiência.

Apesar dos progressos, de âmbito legal e formal, e dos resultados alcançados pelas políticas nacionais e locais exercidas sobretudo na última década, e por uma rede de organizações do terceiro sector que há mais de trinta anos investe no apoio diário a esta população, há que reconhecer que a vida das pessoas com deficiências e incapacidades ainda oferece sinais de preocupação pelo desfavorecimento e desvantagem a que estão votadas em muitos domínios estruturantes da nossa vida em sociedade e em dimensões e indicadores que estruturam aquilo a que tão facilmente chamamos de qualidade de vida.

Os decisores locais, a par da administração central e da sociedade civil compõem hoje o triângulo daquilo que poderíamos apelidar de um modelo de atuação que favorece a integração e defende os demais direitos das pessoas com deficiências consagrados desde logo constitucionalmente.

A capacidade de ação e a eficácia das medidas tomadas, genericamente, pelos municípios portugueses têm-se afirmado em áreas chave do desenvolvimento. Desde logo em matéria de acessibilidades e mobilidade para todos, financiamento e apoio a organizações da sociedade civil, oferta de serviços regulares adaptados às necessidades desta população.

São vários os domínios de atuação que um município pode vislumbrar como estratégia local para esta população. Tais como são vários os impactos diretos na vida destas pessoas para se poder avaliar em que medida os municípios defendem e adoptam medidas concretas que favoreçam a sua participação, quer como residentes, quer como trabalhadores.

Tendo presente que a população com deficiência no município de Almada representa aproximadamente 7% da população total; que existe um conjunto de apoios e medidas que importa que estejam acessíveis ao cidadão com deficiência e as suas famílias; que a Câmara Municipal de Almada dispõe de um gabinete de apoio ao munícipe; que existe a nível nacional um projeto liderado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação em cooperação com as Câmaras Municipais que visa prestar informação e mediar situações que impliquem o acesso a direitos, recursos e medidas existentes para esta população; que a deficiência é uma área de intervenção que pela extensão e complexidade dos apoios existentes a nível nacional, a questão da informação torna-se fundamental no combate à exclusão; que a população com deficiência apresenta níveis de qualificação escolar bastante inferiores à média da população em geral o que torna mais difícil o acesso a este tipo de recursos;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, a 15 de Dezembro de 2011, delibera:

- 1) solidarizar-se com os princípios, ações e o lema das Nações Unidas para 2011 – “Juntos por um mundo melhor: incluir as pessoas com deficiência no desenvolvimento”;
- 2) Que ao nível municipal seja considerada a possibilidade no actual contexto, de instalar no Concelho de Almada um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 6.4.8** - A Moção/Deliberação Mais Longe da Saúde!, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e CDS-PP).
- 6.4.9** - A Moção/Deliberação sobre Polis da Costa da Caparica, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).
- 6.4.10** - A Moção/Saudação Greve Geral, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Augusto Oliveira, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria e do BE), sete votos contra (de eleitos do PSD e CDS-PP) e uma abstenção (de eleito do PSD - a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).
- 6.4.11** - A Moção/Saudação Aos Trinta e Cinco Anos do Poder Local Democrático, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria e do BE), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica)
- 6.4.12** - A Moção/Deliberação sobre Violência Contra as Mulheres, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Vitor castanheira, foi aprovada por unanimidade.
- 6.4.13** - A Moção/Saudação sobre o Voluntariado, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, foi aprovada por unanimidade.
- 6.4.14** - A Moção/deliberação sobre Reforma da Administração Local, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), dez votos a favor (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria).

**6.4.15** - A Moção/Deliberação sobre Elevação do Fado a património imaterial da Humanidade, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

**7** - Entrou-se no período da Ordem do Dia.

**7.1** - Foi deliberado a alteração da Agenda do Período da Ordem do Dia com permuta de pontos o Ponto 3.1 Apreciação do Relatório da Comissão Eventual constituída por deliberação da Assembleia Municipal publicitada através do Edital N<sup>o</sup> 94/X-2<sup>o</sup>, passa para último ponto da agenda, que passou a ser:

**3** - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal

3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.2.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2012" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2012";

3.2.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2012" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2012".

3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.4.1 - "Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais";

3.4.2 - "Tarifas e Preços devidos em aplicação do Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais";

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Concessão do Serviço de Recolha Selectiva de Óleos Alimentares Usados. Aprovação do Programa de Concurso, Caderno de Encargos e autorização de abertura de procedimento";

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Consolidação da Conta do Município de Almada do ano de 2010";

3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.6.1 - "Estratégia de Reabilitação Urbana Simples da ARU de Almada";

3.6.2 - "Estratégia de Reabilitação Urbana Simples da ARU da Trafaria".

3.7- Apreciação do Relatório da Comissão Eventual constituída por deliberação da Assembleia Municipal publicitada através do Edital N<sup>o</sup> 94/X-2<sup>o</sup>

**7.2** - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXXV**).

**7.2.1** - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida informação da Actividade Municipal.

**7.2.1.1** – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Nós temos então para apreciar a informação sobre a Atividade da Câmara e dos Serviços Municipalizados, relativa aos meses de agosto, setembro e outubro, os documentos estão na vossa mão, nós vamos reservar o nosso tempo para as respostas às questões que nos queiram colocar.”

**7.2.2** - No Debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Miguel Salvado; Luís Filipe Pereira; Sérgio Bastos; António Salgueiro; Ana Margarida Lourenço e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

**7.2.2.1** – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aproveitando este período como sempre para colocar aqui duas ou três questões importantes. Primeiro a zona pedonal ou a futura zona pedonal de Cacilhas da Rua Cândido dos Reis, como se já não bastasse a desgraça que se abateu sobre o País, como se já não bastasse algumas indefinições em relação a várias situações permanentes, temos a obra da Cândido dos Reis parada, temos essa obra parada com altíssimos prejuízos para os comerciantes, com grande transtorno e também prejuízo para os moradores e a verdade é esta, avisamos aqui várias vezes que seria um processo complicado, agora o empreiteiro pelos vistos parou a obra. Duas questões, para quando o reinício da obra ou não? Porque se formos ler as declarações da Sr.<sup>a</sup> Amélia Pardal ao Jornal da Região penso eu, em que dizia que a obra ia estar concluída no final do mês e o Jornal saiu no dia 04 de dezembro se não estou em erro. Se quiser eu forneço-lhe a notícia não tem problema nenhum. Faz-me confusão que tenha havido declarações dessa ordem quando as obras já se sabia o que é que se estava a passar, então que se esclareça o que se passa, ma vinha *ipsis verbis* assim no Jornal. Mas o mais importante não é esse, o mais importante é saber para quando a obra está concluída, para quando é que aquilo pode estar terminado. Gostaríamos de saber se nesta empreitada foi pedida alguma garantia bancária ao empreiteiro ou não porque se foi pedida alguma garantia bancária, há alguma garantia por parte da Câmara que possa ser acionada para possíveis prejuízos que a Câmara teve, porque a Câmara tem os pagamentos em dia a culpa foi do empreiteiro, mas isso agora não interessa, interessa resolver isso, essa questão ao nível dos tribunais interessa é concluir a obra, e além de concluir a obra eu continuo a dizer e continuo a reiterar, falta uma ligação da zona da Cândido dos Reis pedonal ao Morro de Cacilhas ao estacionamento, nós ainda vamos ver aquela obra pronta, ainda vamos ver os comerciantes e os moradores da zona a queixarem-se que não têm acesso em condições às zonas de estacionamento. E depois mais uma vez a gente vem aqui lamentar-se.

Segunda questão, e isto peço desculpa, mas deixa-me profundamente revoltado, porque eu sou de Cacilhas passo lá quase todos os dias e vejo a aflição das pessoas que lá estão, e vejo a aflição dos comerciantes. São muitos postos de trabalho, não se pode culpar a troika, o Governo, toda a gente e mais alguém e depois quando nós temos responsabilidades e falamos tantas vezes sobre isso, temos a situação que temos em Cacilhas, a verdade é esta.

Em segundo lugar foi concluída ou está em fase de conclusão a famosa rotunda na zona da Emídio Navarro em frente ao SAP. Foi-nos dito aqui que aquela rotunda seria uma solução de verdadeiro milagre, porque quando aquela rotunda estivesse pronta, podia-se rever a questão da pedonalização do





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Centro de Almada e abertura ou não ao trânsito daquela zona, toda a gente já percebeu que aquilo é uma Avenida assumida como tal, toda a gente lá passa, os veículos da Câmara passam, toda a gente passa, só a Câmara e a Autarquia é que não quer ver que aquilo é uma zona de circulação diária de milhares de automóveis. Mas como a rotunda está pronta, ou está em fase de conclusão, apesar de ser uma rotunda estranha e que causa problemas aos autocarros e veículos pesados, etc., mas isso é outra história, estamos à espera do que é que vai agora acontecer no meio de Almada, porque a verdade é esta, acusam-nos de muita coisa, mas a verdade é que os problemas persistem, a situação persiste, e quem vai ao fim de semana ao centro de Almada vê a vergonha que é, o estacionamento abusivo, e todas as situações que acontecem e nós continuamos a olhar para o lado, e a ECALMA funciona das nove às cinco, de segunda a sexta.”

#### **7.2.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.<sup>a</sup> Presidente eu aproveitava este ponto de ordem de trabalhos apenas para colocar duas questões. Uma creio que não está resolvida de maneira nenhuma que é o problema da falta da iluminação pública, apesar das explicações que a Sr.<sup>a</sup> Presidente deu a esta Assembleia, na Assembleia Municipal de Setembro, o que é um facto é que são muitas as queixas que se ouvem e nós não podemos ficar indiferentes a isso, e era necessário realmente intervir em matéria de iluminação pública porque se tem verificado algumas quadras de pessoas na via pública por falta de iluminação. Eu não acredito que as pessoas estejam a mentir quando referem isso. Esta é uma questão que eu acho que a Câmara tem que encarar de frente porque de facto verifica-se que em certos pontos há iluminação em excesso e noutros pontos há uma falta total de iluminação. E tem que se encarar isto e isto tem mesmo que mudar. Porque as coisas estão mal e estão pior nuns sítios do que noutros. A situação não é igual em todos os lados, mas seguramente que em certas zonas há um excesso de iluminação e noutras é a escuridão total. E eu apelo aqui em meu nome e em nome do Bloco de esquerdo, para que a Câmara encare de facto a mudança desta matéria.

Um outro assunto que nós também queremos colocar, tem a ver com um problema que foi colocado também na última Assembleia por pais da Escola Cataventos da Paz, acerca do funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Nós recebemos um e-mail detalhado e creio que toda a gente recebeu este e-mail, onde são narradas todas as preocupações dos pais daquela Escola. Eu perguntei há poucos dias se a situação já estava resolvida, a questão da transferência das instalações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens contra a qual ninguém tem nada contra, mas de facto as pessoas estão preocupadas, estão preocupadas e gostariam de ver o problema resolvido. Não sou porta-voz de ninguém, não conheço ninguém, fiquei preocupado como certamente todos ficaram do relato que aqui ouvimos na última Assembleia Municipal e ao ter recebido este e-mail tão detalhado, com todas as démarches feitas pelos pais e onde estão narradas as suas preocupações, acho que tem que ser dada uma resposta o mais urgente possível para resolver esta situação.”

#### **7.2.2.3 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos:**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu tenho apenas duas questões para pôr aqui em relação ao Relatório da Atividade Municipal dos meses de agosto, setembro e outubro, uma correndo um pouco o risco de me repetir com o que já foi dito pelo Deputado Luís Filipe do Bloco de Esquerda, tem a ver com a questão da iluminação pública. É uma questão que é bastante sentida na Charneca da Caparica, é falada na rua, é uma questão que toda a gente comenta, já vinha referido aqui no último Relatório que eu referi essa questão que esta questão estava pouco detalhada, o que é que a Câmara estava a fazer, e o que nós vemos aqui neste Relatório no que diz respeito à iluminação pública é que prosseguiu o processo de instalação de iluminação pública, foi assegurada a substituição de lâmpadas que eram da responsabilidade da EDP. A minha pergunta é se a Câmara está a fazer mais meramente do que meramente lâmpadas da EDP para resolver este problema e quando é que se prevê que haja finalmente o afinamento entre a hora do relógio astronómico e o afinamento da iluminação pública.

Gostaria também de fazer uma pergunta noutra capitulo que tem a ver com a referência que é aqui feita ao acompanhamento técnico dos trabalhos de atualização do estudo de caracterização da qualidade dos solos e águas subterrâneas do antigo estaleiro da Lisnave no âmbito do projeto do Arco Ribeirinho Sul.

Gostaria de perguntar se este trabalho que está a ser feito visa posteriormente se for identificada, porque há zonas do solo que estão contaminadas, a candidatura da descontaminação destes solos ao QREN ao POLVT neste caso, e gostaria de saber se isso iria ser feito no âmbito da Câmara Municipal de Almada, ou no âmbito do projeto Arco Ribeirinho Sul e face a esta questão porque como sabem o Arco Ribeirinho Sul é um projeto que está marcado para morrer e era importante perceber quem é que iria fazer estas obras que são determinantes depois para o Projeto Margueira.”

**7.2.2.4** – O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Já colocamos a questão na Assembleia Municipal anterior e reiterávamos agora desta vez já que é de facto relativa ao trimestre que estamos agora a analisar.

A questão que de facto queria colocar tem a ver com as verbas e qual o enquadramento legal que deram cobertura à decisão de se contratar espaços comerciais e publicitários da Festa do Avante por parte da ECALMA e dos SMAS, qual a verba paga de facto para estas duas entidades e qual o enquadramento legal? Por outro lado, fomos surpreendidos agora há poucos dias também ao que parece com uma nova campanha publicitária da Câmara Municipal através de novos outdoors. Pretendíamos também saber de facto se essas estruturas, portanto se essas estruturas se são alugadas se são da Câmara e de facto que custos é que envolvem também esta campanha.”

**7.2.2.5** – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria que a questão da Cândido dos Reis fosse abordada com muito sentido de responsabilidade pela delicadeza que esta questão tem. Nós temos uma realidade nacional hoje em dia que é muito



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

delicada, sabemos que as empresas estão a ter imensos problemas, sabemos que as empresas que têm em mãos algumas poucas obras públicas estão a ter imensos problemas, sabemos que muitas delas têm já chegado ao ponto de falência e que outras estão a atravessar gravíssimas dificuldades.

Não há acesso ao crédito bancário, não há condição senão de comprar materiais a pronto pagamento e isto está a conduzir a que as empresas que têm algum trabalho em mãos estejam a enfrentar problemas muito sérios. E nós autarcas temos que acompanhar estas situações com muito bom senso e muita responsabilidade. E é isso que nós estamos a fazer em relação a todas as obras adjudicadas pela Câmara Municipal e em curso no nosso Concelho. (E Sr. Deputado se me ouvisse eu agradecia porque foi o Sr. que trouxe à colação esta questão.) E o que está a ser feito pela Câmara Municipal é acompanhar de uma forma muito vigilante e muito atenta aquilo que é cada uma das obras que estão em curso no nosso Concelho. E procurar dialogar, para irmos percebendo qual é a realidade. E Sr. Deputado, de facto a Câmara Municipal de Almada já nem paga a trinta dias, paga a menos de trinta dias, e paga e Deus queira que continue a poder trabalhar assim, as facturas aparecem, as facturas são conferidas, os responsáveis dão nota de que estão em condições de ser pagas e a contabilidade tem indicações para imediatamente pagar às empresas. Enquanto nós podermos. Felizmente que ainda podemos. Agora, cada situação tem que ser acompanhada com muito cuidado, é evidente que todas as obras têm garantias, porque naturalmente que isso faz parte das regras públicas para tratar estes assuntos, não há aqui cada um fazer como lhe apetece e de qualquer maneira. Há regras que são cumpridas, mas as garantias bancárias não são solução para tudo, não são solução para evitar os problemas e não são solução para situações, claro que elas são acionadas quando têm que se acionadas para defender e acautelar o interesse público. Mas o que é desejável é que não se chegue a esse ponto de acionar garantias bancárias. Mas se tiverem que ser naturalmente que não poderá nunca deixar de ser.

Eu queria dizer que não é verdadeiro o que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora tenha feito declarações no dia 04 de dezembro do tipo que aqui referiu, não é verdadeiro, esta obrae todas estão a ser acompanhadas a par e passo, e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora já fez no terreno uma reunião com os moradores e uma reunião com os comerciantes da zona, no sentido de dar a conhecer as delicadezas que estão a haver com aquela obra e manteve a população e os comerciantes informados de que sendo necessário naturalmente voltará lá com os técnicos quando e sempre que seja necessário. Estamos a fazer tudo por tudo para que esta situação seja de facto acompanhada ao milímetro e seja resolvida da melhor maneira, vamos ver. Mas é preciso não de facto usarmos estas coisas de uma forma que eu penso que por vezes, enfim a tendência é essa, é à volta de um problema fazer-se um caso político. Atenção, que nós estamos a falar de coisas muito sérias, muito sérias. E eu deixava aqui aos Srs. Deputados Municipais, quando quiserem saber de alguma situação em concreto, procurem-nos, porque nós seremos os primeiros a dar toda a informação. Mas procurem-nos. Portanto, há condições de poder esclarecer, poder informar, e estas coisas são de uma tal delicadeza e de uma tal gravidade nos tempos que correm que nós penso eu que temos o dever de tratar destas coisas com todo o cuidado. Querendo saber naturalmente é um



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

direito, mas procurando saber da forma mais adequada e mais rigorosa cada uma das situações. Queria deixar nota que em relação à rotunda, o que nós sempre dissemos é que aquela rotunda precisava de ser feita para que nós pudéssemos testar o funcionamento da cidade, porque aquela rotunda faz parte do conjunto das intervenções para se poder testar as soluções implementadas, definidas e implementadas depois no seu conjunto para o funcionamento da cidade. Tivemos que esperar autorização do proprietário do terreno, demorou mas foi possível, depois foi necessário fazer projeto, fazer concurso para a obra, adjudicação, da obra e na Administração Pública de facto é exigido um tempo imenso desde que se pense em fazer alguma coisa até que se consegue chegar ao terreno é um tempo imenso, muitíssimo exagerado, mas é assim. E de facto nós estamos agora já com a obra feita. Agora, é preciso fazermos de facto o que falta fazer e é preciso fazermos o teste. Completar para além daquilo que está já feito, completar o resto, já se começaram a fazer contactos, etc., e a partir do momento em que tudo estiver a funcionar poderemos então fazer a avaliação, o teste com a avaliação final desta questão.

Nós não temos soluções milagrosas, ninguém tem soluções milagrosas, as soluções são tecnicamente estudadas e naturalmente projetadas, implementadas e é evidente que nada é sagrado, portanto em termos dos homens, das obras há outras coisas que são sagradas, agora o homem, o seu trabalho não é sagrado, também se erra, também se engana, mesmo os mais conceituados especialistas também nunca têm a razão toda, a vida e a realidade é que vai provar se têm ou não têm, e portanto nós não somos daqueles que dizemos que é milagroso, está tudo, não. Havemos de ver se está tudo bem e se é mesmo assim.

Depois queria deixar nota relativamente às questões da iluminação pública. Nós estamos a acompanhar este assunto com muita, muita atenção, gostava de deixar nota que o que está na nossa informação à Assembleia tem a ver com um projeto que nós temos vindo a desenvolver, um projeto inovador, é experimental ao nível europeu, a Câmara de Almada com outras cidades europeias tem vindo a concretizar um projeto que se baseia na telegestão aplicada à iluminação pública. Com aceitação da EDP com quem naturalmente conversamos sobre isto. Nós temos este projeto no paredão da Costa da Caparica, temos na Av.<sup>a</sup> 23 de Julho, e temos na Bento Gonçalves. E temos resultados já deste processo. Obviamente que o que era desejável era que a EDP viesse a implementar a nível geral este sistema porque ele é altamente vantajoso, até daquilo que são os objectivos da redução dos gases com efeito estufa. Portanto nós acabamos agora de ter uma candidatura aprovada também no âmbito do POR de Lisboa, projeto ECOENLIGHT, e que contempla mais um troço de iluminação pública com telegestão, e também a semaforização, as LEDS em toda a rede de semáforos no nosso Município. Ficamos com 100% LED. Qual é a avaliação que se faz só destes dois projetos? É relativamente pequeno, são por um lado o sistema LED, por outro lado um outro troço com a telegestão na iluminação pública. É que com estes dois projetos por exemplo há uma redução anual de duzentas e quarenta toneladas de CO2 equivalente por aplicação destas soluções. Isto é considerável e estamos a falar em projetos pequeninos. E temos uma redução em termos de fatura energética na ordem dos cento e doze



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ou cento e vinte mil euros ano. São coisas muito pequeninas em termos de intervenção concreta. Mas para vos dizer que os resultados que estão testados é que se consegue na iluminação pública, com este sistema, quarenta por cento de redução na fatura energética, isto é muito importante quando nós pensamos que não é só o dinheiro é também a questão dos gases de efeito estufa e obviamente a diminuição das toneladas de CO2 equivalente. E portanto, no momento em que se continua a discutir o protocolo de Quioto em que enfim para o ano nós temos a Cimeira Rio Mais 20, etc., estas coisas são muito importantes não é apenas aquilo que se paga em euros, mas é muito mais do que isso. É evidente que nesta questão o que importava era que do ponto de vista nacional de facto a EDP viesse a ter condições para o assumir. Porque a rede é explorada pela EDP, as lâmpadas são substituídas pela EDP, não é a Câmara que substitui as lâmpadas, é uma obrigação da EDP substituí-las por lâmpadas economizadoras, é esse o caminho que naturalmente tem que continuar a ser feito, mas este sistema permite uma redução dos fluxos em horas em que a luminosidade pode ser muito menor sem se deixar de ter iluminação e com isso haver uma redução muito significativa. Nós temos este projeto, temos condição para dar o nosso contributo e não vale a pena ridicularizar aquilo que nós comunicamos e que tem a ver com o trabalho técnico que vai sendo feito no nosso Município. Quando se fala, os relógios astronómicos é outra questão, mas quando se fala de relógios astronómicos de facto, a EDP está a propor às Câmaras Municipais também a possibilidade de implementarem. Há muitas Câmaras Municipais do nosso País que também estão a implementar esta solução.

Eu queria também dizer que nós com as nossas Juntas de Freguesia também temos um trabalho que está aí neste momento já a ser uma parte implementada e que teve a ver com uma avaliação técnica que foi feita por técnicos da engenharia electrotécnica, que foram avaliar em relação a alguns troços da rede viária, mas também a urbanizações com poucas casas ou praticamente sem casas nenhuma. Portanto, porque a EDP faz o teste relativamente à infraestrutura e depois não desliga, e mesmo para desligar a Câmara tem de assumir que depois quando precisar de mandar ligar tem que pagar a nova ligação. Isto é assim, são as regras, são impostas não há outra forma. E nós já acertámos entre Juntas de Freguesia, todas as Juntas e a Câmara Municipal aquilo que vamos fazer no sentido de intervirmos nalguns arruamentos e sobretudo nesta situação dos loteamentos onde não faz sentido que haja uma iluminação completa a funcionar durante “n” horas. E eu penso que foi um trabalho muitíssimo frutuoso, porque primeiro foi um trabalho técnico, depois foi partilhar com todos os Presidentes de Junta, depois foram os técnicos a disponibilizarem-se a irem com os Presidentes de Junta e com quem mais entendessem a ir a cada rua, a cada sítio onde houvesse dúvidas para se poder avaliar e confirmar se as soluções eram as adequadas. Portanto, eu queria deixar aqui nota de que é um trabalho muito sério aquele que estamos a fazer nesta matéria, estamos atentos, vamos continuar atentos e naturalmente não fechamos nem os ouvidos, nem os olhos e continuaremos a acompanhar e a equacionar as diferentes medidas que sejam possíveis implementar neste aspecto.

Queria também deixar nota relativamente à Baia Tejo, ao Arco Ribeirinho Sul, mas para dizer que a questão da descontaminação será em princípio uma obra a fazer pela Baia Tejo. A ideia que temos no



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que diz respeito ao Seixal e ao Barreiro, Químigal Parque e Siderurgia, os processos foram processos que avançaram num primeiro momento, eram processos muito pesados e também porque os terrenos eram do Estado, no caso da Margueira, os terrenos ainda não eram do Estado, já são do Estado e também era uma situação menos gravosa, portanto mais contida, que precisa naturalmente também de ser tratada, mas que neste momento está considerada, está numa relação entre Arco Ribeirinho Baía Tejo, APA, e portanto aquilo que nós temos como expectativa é que venha a ser concretizada a descontaminação neste contexto.

Só dizer que os Presidentes da Câmara de Almada, Seixal e do Barreiro têm tido reuniões com a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente, Ordenamento do Território. Já tivemos mais do que uma reunião e portanto temos feito também as nossas diligências no sentido de dar o nosso ponto de vista e a nossa informação e nosso contributo para que a Sr.<sup>a</sup> Ministra melhor conheça este dossier, naturalmente tem os seus canais próprios, mas nós também temos um conhecimento muito por dentro deste processo que é um processo de muitos anos e que pensamos que chegamos a uma solução muitíssimo capaz para potenciar recursos do Estado que ficando ao abandono não servem a ninguém e é preciso reconverte-los, um Plano de Desenvolvimento Estratégico muitíssimo importante, o Plano de Urbanização Almada Nascente Cidade da Água, é o mais avançado mas os outros municípios também os têm mas numa situação já bastante avançada. O Governo pelo menos por parte da Sr.<sup>a</sup> Ministra avançou que iriam pôr fim à Sociedade Arco Ribeirinho Sul, nós o que pretendemos é isso que temos dito, é que o objecto da Sociedade Arco Ribeirinho Sul seja naturalmente entregue a uma outra entidade, mas que o objeto da Sociedade permaneça e seja levado até ao fim. Sabemos em que contexto é que nos encontramos, toda a gente sabe, mas sabemos que não podemos parar para esperar por aquilo que há de vir. Temos que continuar a trabalhar e de facto o projeto desde o princípio apontava não para investimentos do Orçamento do Estado nestes projetos, pelo menos nestes tempos que aí estão e que não só previa quando pudessem vir a ser ultrapassados, mas com o próprio património que ali está a poder ser utilizado e poder financiar a transformação destes territórios. E é nesta perspetiva que nos temos que continuar a posicionar e é isso que nós desejamos que venha a ser considerado por parte do atual Governo. Não nos temos, poupado no sentido de contribuir com o nosso conhecimento e com os nossos pontos de vista e desejamos que o projeto de todo para bem do Estado, da Região, do País porque este é um projeto de interesse nacional, é um projeto de verdadeiro interesse nacional, não só regional porque também é local, mas é de verdadeiro interesse nacional.

Queria também deixar nota que nós não temos nenhuma campanha publicitária em curso, temos naturalmente como sempre temos uma campanha informativa, nós neste momento temos um conjunto de projetos em desenvolvimento, em obra que vão alargar a capacidade de resposta à nossa população, as redes vão ser alargadas, vai ser alargada a rede de bibliotecas, a rede de equipamentos desportivos nomeadamente a natação, a rede de equipamentos culturais, a nossa Universidade Sénior, etc., e sempre nos moveu uma preocupação que é que a população conheça aquilo que já tem e que rentabiliza, porque aquilo que tem é seu e deve ser usado, e a rentabilização que deve ser feita é pelo





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

uso, não se trata aqui de resultados financeiros, trata-se de resultados sociais, e portanto tudo aquilo que existe no nosso Município é da população, e por isso nós temos uma campanha informativa e de apelo à população que é aquela mensagem, use o que é seu, Almada tem isto, tem aquilo... use o que é seu. E pretendemos naturalmente começar desde já a dar conta à população que há um conjunto de outros equipamentos que vão reforçar e alargar esta rede, é o nosso estado social, é sim senhor, o nosso estado social em Almada, e queremos que ele seja rentabilizado e para ser rentabilizado precisa de ser usado, conhecido e usado. E é nesse sentido que as campanhas informativas são feitas.

Queria dar conta que em relação à questão da Comissão de Proteção de Menores há uma alternativa, a seu tempo ela estará em condições de poder permitir a transferência, há obras que têm que ser feitas, é uma situação que está equacionada e está identificada, é um espaço no Laranjeiro de uma antiga Escola e portanto assim que estiver resolvido transferiremos para lá a Comissão de Proteção de Menores.”

#### **7.2.2.6 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Margarida:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vou ser muito rápida também dado o adiantado da hora, o que eu queria perguntar e aliás foi falado na última Assembleia Municipal de Setembro e foi-nos dada a informação em relação aquela situação ali na estrada da Bela Vista, aquele estrangulamento que existe ao pé da Escola de Vale Rosal, que foi nesse mesmo dia da Assembleia em que o assunto foi questionado, que foi feito, que foi tida uma conversa pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal, com a proprietária e era para saber passados estes dois meses e meio qual é o ponto da situação desta questão que muitas vezes já foi trazida aqui pelo Partido Socialista e para quem conhece bem aquela estrada, não é uma questão menor nem nada que se pareça, são muitas crianças que ali passam diariamente, que têm a paragem do autocarro ao pé das bombas da gasolina e têm agora de atravessar não só os acessos à nova A33 a pé pelas passadeiras que lá estão tudo bem, mas depois ali antes de chegarem à Escola veem-se com aquele estrangulamento e onde por exemplo dois autocarros não se conseguem lá cruzar. E muitas das vezes um autocarro e um carro não se cruzam e o perigo para os peões sendo eles grande parte crianças.”

#### **7.2.2.7 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.<sup>a</sup> Deputada tomamos boa nota, neste momento não tenho aqui informação detalhada para lhe dar, sei que havia questões formais que tinham que ser tratadas, nomeadamente autorização formal da parte da proprietária, e depois da parte da Câmara a intervenção no sentido de fazer recuar os muros etc., mas depois terei todo o gosto em dizer-lhe.”

**8 -** Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na reunião da próxima noite.

**9 -** Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores António Manuel Veiga dos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Santos Mendonça Mendes, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, José Carlos Rebelo Simões, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Nuno Filipe Miragaia Matias.

**10-** Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de sessenta e três Senhores Municípes.

**11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

**12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H40 do dia 16 de dezembro de 2011.

**13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O 2º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_